



ACADEMIA MILITAR

A NOVA LEI DE IDENTIFICAÇÃO JUDICIÁRIA: IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO OPERACIONAL DA GNR

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria da GNR Miguel Maldonado Freitas

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-coronel de Cavalaria da GNR Diogo Dóres

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019



ACADEMIA MILITAR

A NOVA LEI DE IDENTIFICAÇÃO JUDICIÁRIA: IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO OPERACIONAL DA GNR

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria da GNR Miguel Maldonado Freitas

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-coronel de Cavalaria da GNR Diogo Does

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019

EPÍGRAFE

“O descontentamento é o primeiro passo na evolução de um homem ou de uma nação”.

Oscar Wilde

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, ao meu irmão e à minha namorada.

Ao meu avô Custódio Maldonado Freitas.

AGRADECIMENTOS

Esta etapa só foi alcançada, com o apoio e contributo de diversas pessoas. Sem a participação destas no meu trabalho, certamente que este teria menos valor.

Apresento o meu sincero agradecimento ao meu Orientador, Professor Doutor José Fontes por ter aceite o meu desafio e convite, bem como pelos conselhos, preocupação, dúvidas mitigadas e pela real orientação que de facto proporcionou a este trabalho.

Ao Tenente-coronel de Cavalaria da GNR Diogo Soares, que na qualidade de meu Coorientador se prontificou sempre em auxiliar todo o processo de investigação e elaboração do trabalho, bem como de correções técnicas que foram fulcrais.

À Exma. Sra. Magistrada do Ministério Público Coordenadora, Dra. Luísa Verdasca Sobral, que manifestou total disponibilidade e contributo para o enriquecimento desta minha investigação, sem o apoio da qual não teria por certo o mesmo resultado.

Ao Sargento-ajudante João Gaspar, da Direção de Investigação Criminal da GNR, cujo domínio técnico das matérias abordadas foi sem dúvida um fator muito importante no sentido de levar este trabalho a bom porto.

A todos os entrevistados que despenderam do seu tempo com o intuito de melhorar uma investigação académica, mostrando-se sempre dispostos a colaborar, facultar documentos, contactos e publicações de enorme relevância que, sem a ajuda destes, certamente que o acesso às mesmas seria muito mais difícil.

À minha Família, que me apoia e acompanha desde sempre, impreterivelmente. Graças a vós sei o que é persistência, superação e vitória.

À minha namorada Sofia, por todo o amor e amizade e por ser um dos meus pilares, apoiando-me incondicionalmente.

Aos meus Amigos, pelo apoio e compreensão durante a realização deste exercício académico.

Aos que foram nos últimos anos os meus companheiros de curso, 24º CFO da Guarda Nacional Republicana. Não se cinge a palavras tudo o que levo desta passagem coletiva pela Academia Militar, também graças a vocês.

Por último a ti, Miguel Pereira Ribeiro. A tua curta mas intensa passagem na vida, aliada ao orgulho e felicidade que tinhas na condição militar é algo que levarei sempre comigo.

RESUMO

A presente investigação está subordinada ao tema “*A nova Lei de Identificação Judiciária: implicações para o serviço operacional da GNR*”. Tem, como objetivo geral analisar as implicações da nova Lei de Identificação Judiciária (Lei nº 67/2017) para o serviço operacional da GNR.

Esta lei veio regular a lofoscopia e a fotografia no âmbito da identificação judiciária, algo que não existia até aos dias de hoje. Assim, a investigação tem como objetivo principal analisar as implicações desta recente lei para o serviço operacional da GNR, ao nível da legislação nacional e europeia, evolução da estrutura e atividade operacional da GNR e por último a análise das implicações desta nova Lei para a atividade operacional da GNR.

A metodologia empregue segue um método dedutivo, focando-se na revisão da literatura, tendo como base a análise documental sobre algumas das premissas em investigação e escrutínio, bem como análise das entrevistas efetuadas a especialistas na área. Por último, realizou-se uma análise SWOT à implementação desta Lei.

Concluímos que as principais implicações resultantes da nova Lei de Identificação Judiciária foram ao nível da harmonização com a legislação europeia, o decréscimo considerável da estatística nesta vertente, uma maior harmonização com o Tratado de Prüm, e uma regulação da identificação judiciária até então inexistente.

Palavras-chave: GNR, Identidade, DLG, Segurança, Impressões digitais

ABSTRACT

The purpose of this research work, under the title “The new Criminal Identification law: implications for GNR’s duty”, is to analyse the implications of the approval of the Criminal Identification Law in the *GNR*’s operational procedures.

This law came with the new objective of regulating lophoscopic evidence and photography, in the criminal identification field. Therefore, this investigation and study has as main goal to analyse its implications for *GNR*’s line of duty referring to national and European laws, evolution of *GNR*’s structure and operational activity, and at last the analysis of those said implications for *GNR*’s operational activity.

The methodology used followed a deductive method, focusing itself on a literature review, based on documental analysis about some of the premises at scrutiny and also the analysis of the interviews results, applied to some of the specialists on the theme. In the end of that analysis, it was done a SWOT analysis to this law and its effects.

We conclude that the bigger implications resultant from the new Law were in harmonizing with European law, with the Prüm Treaty, resulting in the statistic’s down crease on the fingerprinting field and also a national regulation of criminal identification so far unknown.

Keywords: *GNR*, Identity, *DLG*, Security, Fingerprints.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	II
DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
ÍNDICE GERAL.....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS/TABELAS.....	X
ÍNDICE DE QUADROS.....	XI
LISTA DE APÊNDICES	XII
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS E O DIREITO À SEGURANÇA.....	5
1.1. Dos Direitos, Liberdades e Garantias	5
1.1.1. Princípios fundamentais associados	6
1.1.1.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	6
1.1.1.2. Princípio da não autoincriminação	6
1.2. Do Estado de direito democrático.....	6
1.3. A Segurança enquanto Direito.....	7
1.4. Da Investigação Criminal	8
CAPÍTULO 2 - DA IDENTIFICAÇÃO JUDICIÁRIA.....	10
2.1. Introdução.....	10
2.2. A Identificação Judiciária.....	10
2.2.1. Conceito de identidade	10
2.2.2. A identificação enquanto dever	11
2.2.4. Identificação Criminal	11
2.2.5. Identificação Judiciária e a GNR	11
2.2.5.1. Dados estatísticos no âmbito da Lei de Identificação Judiciária	12
2.3. Da Lei de Identificação Judiciária (Lei nº67/2017, de 9 de agosto).....	13
2.3.1. Relação com o quadro legal nacional.....	14
2.3.2. Relação com o quadro legal europeu	14

2.3.3. Conceitos e Definições	15
2.3.3.1. Amostra-problema	15
2.3.3.2. Amostra-referência	15
2.3.3.3. Resenha Lofoscópica	16
2.3.3.4. Ponto característico	16
2.3.3.5. Fotografia técnico-policial de identificação	16
2.3.3.6. <i>Hit</i>	16
2.3.3.7. <i>No hit</i>	17
2.4. Pareceres técnicos de organismos e entidades	17
2.4.1. Comissão Nacional de Proteção de Dados	17
2.4.2. Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias ...	17
2.4.3. Ordem dos Advogados	18
2.4.4. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Oeste	19
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....	21
3.1. Introdução	21
3.2. Modelo de Análise	21
3.3. Método e Procedimento metodológico	22
3.4. Amostragem	23
3.5. Procedimentos e ferramentas de recolha e análise de dados.....	23
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
4.1. Análise dos inquéritos por entrevista – Grupo A	25
4.1.1. Apresentação, análise e discussão da questão nº1	25
4.1.2. Apresentação, análise e discussão da questão nº2	27
4.1.3. Apresentação, análise e discussão da questão nº3	28
4.1.4. Apresentação, análise e discussão da questão nº4	31
4.1.5. Apresentação, análise e discussão da questão nº5	33
4.2. Análise dos inquéritos por entrevista – Grupo B	36
4.2.1. Introdução	36
4.2.2. Tópico “Da origem da Lei de Identificação Judiciária”	37
4.2.3. Tópico "Análise do diploma legal".....	38
4.2.4. Tópico "A legística do diploma".....	39
4.2.5. Tópico "Implicações para os Órgãos de Polícia Criminal".....	41

4.2.6. Tópico "Análise SWOT à Lei"	42
4.3. Matriz SWOT	43
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
APÊNDICES	I
ANEXOS.....	X

ÍNDICE DE FIGURAS/TABELAS

Figura 1 - “Evolução do número de amostras-referência recolhidas pela GNR 2013-2018”	12
Figura 2 - “Variação dos crimes registados pela GNR 2013-2018”	13
Tabela 1 - Matriz SWOT	43

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Análise das respostas à questão nº 1.....	25
Quadro 2 – Análise das respostas à questão nº 2.....	27
Quadro 3 – Análise das respostas à questão nº 3.....	28
Quadro 4 – Análise das respostas à questão nº 4.....	31
Quadro 5 – Análise das respostas à questão nº 5.....	33
Quadro 6 – Análise das respostas ao tópico “Da origem da Lei de Identificação Judiciária”.....	37
Quadro 7 – Análise das respostas ao tópico “Análise do diploma legal”	38
Quadro 8 – Análise das respostas ao tópico “A logística do diploma”	39
Quadro 9 – Análise das respostas ao tópico “Implicações para os Órgãos de Polícia Criminal”	41
Quadro 10 – Análise das respostas ao tópico “Análise SWOT à Lei”	42
Quadro 11 – Caracterização dos Entrevistados.....	III

LISTA DE APÊNDICES/ANEXOS

APÊNDICE A - Modelo de Análise	II
APÊNDICE B - Caracterização dos entrevistados	III
APÊNDICE C - Carta de apresentação e Guião de entrevista	IV
APÊNDICE D - Relação de perguntas	VIII

ANEXO A - A Lei de Identificação Judiciária: Lei Nº 67/2017, de 9 de agosto.....	X
---	---

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFIS	<i>Automated Fingerprint Identification System</i>
AM	Academia Militar
APC	Autoridade de Polícia Criminal
CACDLG	Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
CNPD	Comissão Nacional da Proteção de Dados
CPP	Código Processual Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTer	Comando Territorial
DLG	Direitos, Liberdades e Garantias
FCDL	Ficheiro Central de Dados Lofoscópicos
GNR	Guarda Nacional Republicana
LIJ	Lei de Identificação Judiciária
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LPD	Lei da Proteção de Dados
LSI	Lei de Segurança Interna
MP	Ministério Público
NAT	Núcleo de Apoio Técnico
OA	Ordem dos Advogados
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PD	Pergunta Derivada
PJ	Polícia Judiciária
PP	Pergunta de Partida
PSP	Polícia de Segurança Pública
RGPD	Regime Geral da Proteção de Dados
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se subordinado ao tema “A nova Lei de Identificação Judiciária: implicações para o serviço operacional da GNR”. Nos dias de hoje, em que a criminalidade a nível mundial é cada vez mais sofisticada e modernizada, é pertinente o estudo e investigação sobre matérias a este tema afetas.

A fim de tornar perceptíveis os contornos e a necessidade de uma identificação judiciária eficiente, não só em Portugal como no resto da Europa, é fundamental referir o conceito em torno da “Sociedade de Risco”, introduzido na ordem do dia por Ulrich Beck em 1986, através da sua obra *Risikogesellschaft*. Esta teoria da sociedade do risco é das teorias sociológicas do Séc. XX com maior impacto, não só no campo das ciências sociais, mas também das ciências jurídicas, e ainda no seio dos decisores políticos (Mendes, 2015, p. 3).

Apesar deste conceito da Sociedade de Risco ter sido concebido na década de 80, só anos mais tarde viria a ser reconhecido como extremamente preciso, pertinente e conveniente. Contribuíram para esta realidade os atentados terroristas no início dos anos 2000, nomeadamente o sucedido a 11 de Setembro de 2001 nas *Twin Towers* (Nova Iorque), os atentados das linhas ferroviárias de Madrid em 2004 e até o sucedido no metropolitano de Londres, em 2005. Estes acontecimentos foram sem dúvida trágicos mas mais importante que isso para a organização da sociedade moderna – no espectro securitário - foram despertantes, marcantes e desafiantes (Beck, U. 2002, p. 40).

Relativamente ao panorama português, cabe aos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) auxiliar as autoridades judiciárias na investigação de crimes, bem como desenvolver ações de prevenção e investigação da sua competência ou delegadas por autoridades judiciárias competentes para o efeito, conforme o disposto no nº4 do Art.º 3º da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC). Segundo a alínea *a*) do nº 1 do mesmo artigo, a Guarda Nacional Republicana (GNR) é um OPC com competência para investigar crimes (cfr. Art.º 6º da LOIC).

Ao nível do ordenamento jurídico português, são recorrentes as alterações e introduções legislativas que causam impacto na atuação das várias Forças e Serviços de Segurança (FFSS). São exemplos desta situação a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR), a Lei de Segurança Interna (LSI), a Lei de Organização da

Investigação Criminal e no caso específico do presente estudo a Lei de Identificação Judiciária (LIJ).

Este último diploma foi recentemente desenvolvido, aprovado e implementado, e torna-se também por estes motivos pertinente de escarpelizar, estudando-o aprofundadamente a fim de apurar as principais alterações e constrangimentos que dele advêm. Importa salientar ainda que a Guarda Nacional Republicana é uma instituição bicentenária, e como tal, tem os seus procedimentos e *modus operandi* enraizados na cultura organizacional, pelo que se torna fulcral estudar de que maneira a Lei de Identificação Judiciária influencia os procedimentos dos militares da Guarda que diariamente a aplicam, bem como de outras entidades que direta ou indiretamente o façam.

Definida no Art.º 1º da LOIC, a investigação criminal compreende “o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”. De acordo com Oliveira (2010, p. 21), a investigação criminal tem como fundamento a procura da verdade dos factos que originaram o cometer de um crime, pelo que se procuram indícios e vestígios e se possa explicar e fazer compreender quem, como, quando, onde e porquê se cometeu determinado crime. O objetivo da investigação criminal prende-se com auxiliar os tribunais e respetivas autoridades judiciárias na descoberta da verdade material, a fim de se realizar justiça, bem como promover a condenação dos culpados e respetiva absolvição de inocentes (Parente, 2014, p. 16). Ainda no âmbito da investigação criminal, as informações são um elemento fundamental, sendo a sua recolha um procedimento-base a considerar pelos elementos das polícias na gestão do local do crime, e pelos responsáveis da inspeção judiciária e pela investigação criminal (Pereira, 2013, p. 11).

Relativamente à Identificação Judiciária, no âmbito do processo meramente penal e, segundo Cole (2001, p. 87), a Dactiloscopia foi durante muitos anos uma ferramenta científica importantíssima na análise das impressões digitais no âmbito da investigação criminal. Impressões digitais estas que, de acordo com Monteiro (2010, p. 4), são vestígios que – comparados com uma base de dados - permitem a identificação do suspeito da prática do crime.

A Lofoscopia é uma ferramenta auxiliar da investigação criminal, que segundo Purkinje (1823. Cit. in Fonseca, 2016) é a “ciência que estuda os desenhos das extremidades digitais, palmas das mãos e plantas dos pés. A Lofoscopia é então, através

de um rigoroso método científico uma ciência que auxilia na obtenção de provas, que de acordo com o Art.º 341º do Código Civil “tem por função a demonstração da veracidade dos factos”.

A Lei de Identificação Judiciária – Lei nº 67/2017, de 9 de agosto – vem regular a identificação judiciária lofoscópica e fotográfica, no âmbito da prevenção e investigação criminal, conforme consta no nº1 do seu Art.º 1º. Este documento legal redefine os procedimentos dos sujeitos processuais envolvidos numa determinada investigação (do foro criminal) no âmbito do processo penal, na fase de inquérito. Considera-se para o efeito, a fase de inquérito como a primeira das cinco fases do Direito Processual Penal português: isto suscita questões ambíguas e dúvidas pertinentes não só aos militares da Guarda Nacional Republicana, como também aos Magistrados do Ministério Público, que delegam competências para efetuar diligências aos Órgãos de Polícia Criminal.

A autonomia técnica das polícias baseia-se na utilização de uma série de conhecimentos e métodos adequados para agir, ao passo que a autonomia tática consiste na possibilidade de opção pela via e momento melhores destas cumprirem as suas atribuições legalmente incumbidas (Oliveira, 2010, p. 22). No âmbito da fase de inquérito do processo penal, a GNR atua, segundo Mendes (2017, p. 121) “sob direta orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional (arts.º 56º e 263º, nº 2 do Código Processual Penal) ”.

Assim, esta nova realidade para os envolvidos no processo penal resultou numa alteração técnico-tática atribuída aos Órgãos de Polícia Criminal, no âmbito da Lofoscopia, cuja a extensão e contornos imperam estudar, aprofundar e identificar.

De modo a materializar este tudo, definiu-se como objetivo geral da investigação analisar as implicações da nova Lei de Identificação Judiciária (Lei nº 67/2017) para o serviço operacional da GNR. Decorrentes deste objetivo, elencámos como objetivos específicos (OE1) “caracterizar o quadro legal no âmbito desta lei a nível nacional e europeu”, (OE2) “descrever a evolução da estrutura e atividade operacional da GNR neste âmbito”, (OE3) “analisar as implicações desta nova lei para a atividade operacional da GNR”.

Assim, a prossecução do cumprimento de objetivos está associada à necessidade de formular questões ou perguntas de investigação. A pergunta de partida (PP) formulada – que de acordo com Fortin (2003, p. 59) deve indicar o rumo a tomar para efetuar a investigação – é a seguinte:

“Quais as implicações resultantes da nova Lei de Identificação Judiciária no âmbito das investigações à responsabilidade da GNR?”. A fim de dar resposta a esta pergunta, e considerando a prossecução dos objetivos específicos, foram desenvolvidas perguntas derivadas (PD), descritas no Capítulo III deste trabalho, *Metodologia*.

O Trabalho de Investigação Aplicada é materializado através deste Relatório Científico Final, desenvolvido no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança e urge estudar as implicações que este recente diploma legal acarreta não só aos militares do terreno, como aos seus superiores hierárquicos que os comandam e chefiam, no âmbito da estrutura da investigação criminal da GNR ou dos Núcleos afetos a esta incluídos no Dispositivo Territorial da GNR. Toda a realização deste Relatório Científico final é elaborada conforme a Norma de Execução Permanente (NEP) 522/1ª da Academia Militar (AM), de 20 de janeiro de 2016 que de acordo com a mesma “regula e uniformiza a redação de Trabalhos de Investigação”. O presente Trabalho de Investigação Aplicada é constituído por quatro capítulos que, de forma articulada, revelam os conteúdos desenvolvidos ao longo do trabalho.

Nos dois primeiros capítulos foi realizada análise documental, no que concerne aos Direitos, Liberdades e Garantias previstos na CRP e a sua relação com a Segurança, no Capítulo 1 (no sentido jurídico do Direito à Segurança e da atividade de Polícia que daí decorre), bem como, no Capítulo 2 o que envolve a Identificação Judiciária em Portugal e a própria LIJ.

No Capítulo 3 foi descrita a Metodologia adotada nesta investigação, onde se procurou descrever o modelo de análise, os métodos e procedimentos metodológicos utilizados, a amostragem e os procedimentos e ferramentas de recolha e análise dos dados recolhidos.

Relativamente ao Capítulo 4 foram apresentados os dados empíricos e resultados obtidos nesta investigação, seguidos da mesma análise e respetiva discussão

Na fase final deste trabalho apresentam-se as conclusões retiradas, de onde resultam as respostas às Perguntas Derivadas e consequentemente à Pergunta de Partida, procurando desta forma configurar uma resposta efetiva ao problema da investigação que origina a rutura.

CAPÍTULO 1

OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS E O DIREITO À SEGURANÇA

1.1. Dos Direitos, Liberdades e Garantias

Os direitos, liberdades e garantias são os artigos constantes na Parte I (Direitos e Deveres Fundamentais), Título II (Direitos, Liberdades e Garantias) da Constituição da República Portuguesa, do Art.º 24º até ao Art.º 57º (inclusive). Contudo, é essencialmente sobre os direitos, liberdades e garantias pessoais (Capítulo I do Título II) que versa esta análise.

Ao analisarmos a Lei de Segurança Interna, no seu Art.º 2º, nº 1 onde está explanado que a atividade de segurança interna se rege “pela observância do Estado de Direito democrático, dos direitos, liberdades e garantias e das regras gerais de polícia”. Ora, é indispensável considerar algumas realidades, interligando os Direitos, Liberdades e Garantias (DLG) com o que envolve a atividade de Polícia, neste caso em concreto com a investigação criminal.

No Art.º 272º da Constituição da República Portuguesa, cuja epígrafe – *Polícia* – é clara, cabe à polícia¹ “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. No nº 2 do mesmo artigo, é referido que as medidas de polícia estão previstas legalmente, e como tal não devem ser “utilizadas para além do estritamente necessário”. No que concerne à prevenção criminal, esta só pode realizar-se fazendo “observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (Art.º 272º, nº3, CRP).

Posto isto, é concebível que quaisquer organismos que exerçam funções de polícia, como a Guarda Nacional Republicana o faz, e em situações de prevenção criminal, como por exemplo a figura operacional da investigação criminal, esses mesmos organismos o façam respeitando os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstos.

Tendo isto em consideração, concordamos que é muito difícil um Estado desempenhar as suas funções, e até, garantir o normal funcionamento de uma sociedade, quando desprovido e ausente de liberdade e segurança. Tal como afirma Almeida (2015,

¹ Remissão para os organismos que exercem funções de Polícia, p.e., GNR, PSP, PJ, entre outros.

p.19), se cada indivíduo fosse totalmente livre de fazer tudo o que bem quisesse, “surgiria de igual modo um ambiente descontrolado de insegurança e impunidade”.

1.1.1. Princípios fundamentais associados

1.1.1.1. Princípio da dignidade da pessoa humana

Este princípio fundamental, constante no Art.º 1º da Constituição da República Portuguesa está intimamente relacionado com o direito à dignidade. De acordo com o Art.º 1º da CRP, Portugal é “(...) uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana (...)”. Aliás, a matéria que aborda os direitos fundamentais está interligada com a “prosecução de valores ligados à dignidade humana dos indivíduos” (Andrade, 2012, p. 161).

A dignidade da pessoa humana acarreta um valor normativa eivado de grandeza, não só por estar associado ao valor do ser humano – inato a diversos direitos fundamentais – como está associado ao princípio da igualdade, uma vez que não se concebe a discricionariedade no âmbito da dignidade do ser humano (Canotilho, J., Moreira, V., 2007, p. 198).

1.1.1.2. Princípio da não autoincriminação

Ainda que não conste de forma explícita no ordenamento jurídico português, o princípio da não autoincriminação é para Andrade (2006, p. 131) uma “emanação normativa da dignidade da pessoa humana”. Previsto na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, na alínea g), nº2, Art.º 8º, consta que qualquer todo o indivíduo tem o “(...) direito, em plena igualdade, à garantia mínima de não ser obrigado a depor contra si mesmo, nem a declarar-se culpado”.

1.2. Do Estado de direito democrático

Constituindo-se Portugal como um Estado de Direito democrático, conforme o disposto no preâmbulo da Constituição da República Portuguesa, garante os direitos e liberdades fundamentais. Ora, estes direitos estão intimamente interligados com a atividade policial – que espelha o tipo de Estado, bem como os princípios por este aplicados. O Estado de direito democrático é basilar para fazer cumprir outros direitos e princípios fundamentais, uma vez que, sem a existência deste, todos eles não teriam o

mesmo significado e importância para um determinado Estado e cidadãos (Fontes, 2015, p. 12)

É também através das FFSS que um Estado de Direito democrático interfere com os direitos fundamentais de um ou mais cidadãos, como por exemplo, o já abordado direito à liberdade e à segurança. Só consegue porém, garantir a liberdade e o direito a esta associado, criando segurança.

A atividade de segurança interna exerce-se através dos princípios do Estado de direito democrático, dos direitos, liberdades e garantias (Art.º 2, nº 1, LSI).

1.3. A Segurança enquanto Direito

O direito à segurança é uma garantia que deve ser disponibilizada aos cidadãos pelo Estado. Como tal, importa compreender os contornos deste direito, uma vez que a identificação judiciária pode contribuir para este. Como tal importa salientar que cabe às polícias de defender e garantir a legalidade democrática, a segurança interna, e os direitos dos cidadãos (Lourenço et al., 2015, p. 30).

Este direito está previsto na Constituição da República Portuguesa, onde é referido que “Todos têm direito à liberdade e à segurança” (Art.º 27º, nº1, CRP). Para Alves (2011, p. 74), a segurança é uma condição “que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas”. Apesar de liberdade e segurança serem duas coisas distintas, para Canotilho & Moreira (2007, p. 478) “estão intimamente ligados desde a sua formulação”. Isto porque sem segurança não existe liberdade, mas sem liberdade não há segurança.

Importa então compreender a conceção do direito à liberdade e à segurança constitucionalmente previsto, com o que afirma Fontes (2015, p. 43), na medida em que assume a segurança das pessoas e bens como “(...) dos valores mais estrategicamente relevantes porque pode colocar em crise a confiança no Estado e nas suas instituições”.

Para José Santos Cabral (2011, pp. 2-3) é na perspetiva do direito à segurança enquanto garantia de direitos fundamentais, assumindo-se enquanto pilar fundamental para o Estado de Direito que existe a “necessidade de uma relação equilibrada entre segurança e democracia, ou entre segurança e direitos fundamentais”, o que se torna basilar de assimilar uma vez que a temática da identificação judiciária levanta várias questões sobre uma eventual dicotomia entre liberdade e segurança e restrição de direitos fundamentais quando efetuada indevidamente.

Na ótica de Canotilho & Moreira (2014, pp. 478-479), a segurança é um direito que garante o exercício de outros direitos, liberdades e garantias, logo, pode-se entender como um direito de garantia.

De acordo com Azevedo (2017, p. 197), a segurança é o primeiro dos direitos individuais, ou atendendo ao seu trinómio relacional, a primeira das liberdades.

Considere-se ainda que nenhum direito é absoluto, uma vez que quando exercido perante um indivíduo, é limitado de acordo com a situação. Na mesma ótica, afirma Bacelar Gouveia (2013, p. 988) que “(...) perante direitos fundamentais valorativamente equivalentes, devem todos eles ser limitados, cedendo todos por igual e impondo-se uma mesma bitola limitativa”. Esta afirmação, com a qual nos identificamos e concordamos, põe no mesmo grau de importância liberdade e segurança.

1.4. Da Investigação Criminal

Definida no Art.º 1º da LOIC, a Investigação Criminal surge como o “conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, visam averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”.

Segundo a lógica do conceito normativo da investigação criminal, podemos constatar que esta, e em sentido mais abrangente a atividade das polícias criminais prende-se com o ideal do Estado de direito democrático e até com ideais constitucionais, assumindo-se como “parte integrante de um sistema normativo (o do direito processual penal) que define e condiciona o objeto, os objetivos e os limites da sua atuação”(Braz, 2013, p. 19). Podemos afirmar que a investigação criminal é também como que uma pesquisa encadeada e “sequente do respetivo objeto, com recurso a meios técnicos e científicos”(Antunes, M., 1985, p. 5).

Com o propósito de confluir diretamente para o desbloqueio e garante dos direitos dos cidadãos, a investigação criminal surge como uma função de polícia que executa e põe em prática esses mesmos direitos (Soares, 2014, p. 55).

Apesar da União Europeia atuar mediante um sistema de instituições, no que diz respeito à investigação criminal, em Portugal, ainda são respeitadas quase que integralmente os normativos nacionais e soberania nacional (Gaspar, 2015, p. 35).

A ineficácia da investigação criminal é extremamente danosa – quando se verifica – numa sociedade moderna, na medida em que a criminalidade organizada pode, por exemplo, afetar a soberania de uma nação, de um Estado e colocar em crise essa mesma

sociedade que zela por disponibilizar e garantir aos seus cidadãos os seus direitos, liberdades e garantias e outros princípios fundamentais, pelo que é necessário repensar o Direito Penal na sociedade moderna (Buekenhout, 2015, p. 28).

Por último, importa salientar que a investigação criminal visa a procura e interpretação de provas concretas e reais, também urge na demanda de apresentar a quem de direito provas pessoais, de modo a efetivar uma boa condução que conflua para o esclarecimento da chamada verdade material admissível “dos factos que consubstanciam na prática de um crime”(Valente, 2012, pp. 112-114).

CAPÍTULO 2

DA IDENTIFICAÇÃO JUDICIÁRIA

2.1. Introdução

Para falarmos de Identificação Judiciária, é fundamental abordar vários conceitos, tais como o conceito de identidade, identificação enquanto dever, criminal e judiciária. Importa também abordar alguns dados estatísticos afetos à Identificação Judiciária, bem com constatar acerca da lofoscopia e os pressupostos legais afetos a estas temáticas.

Torna-se fulcral escarpelizar a própria Lei de Identificação Judiciária (Lei nº 67/2017, de 9 de agosto), uma vez que toda esta investigação se desenrola em torno da aplicação e aprovação desta Lei e das respetivas consequências para a Guarda Nacional Republicana e os seus militares, que a aplicam diariamente no serviço operacional legalmente atribuído.

2.2. A Identificação Judiciária

2.2.1. Conceito de identidade

Para reter a importância deste conceito, Castells (2007, p. 2) define a identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo”. Isto parece clarificar que a identidade é algo que tem implícito poderio e simplicidade. No entanto, consideramos a identidade como algo

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa (2001, p. 2019) a identidade pode ser definida como o “conjunto de características, de dados próprios e exclusivos de uma pessoa, que permitem o seu reconhecimento como tal, sem confusão com outra”. Para Freitas (2015, pp. 90-92), a identidade tem uma elevada representação para um determinado indivíduo inserido ou parte integrante da sociedade, além de que “é a sua essência, é o reflexo de todo o seu ser, de tal forma, que é inconcebível a existência de um indivíduo num qualquer grupo social, desprovido de identidade”.

No desiderato de Braz (2013, p. 28), “a determinação da identidade, constitui um dos requisitos basilares de funcionamento da mais elementar das estruturas gregárias”. Entenda-se, nesta situação – e fazendo a analogia – uma estrutura gregária como um

Estado, no qual é fundamental este ter meios de determinar a identidade das pessoas, contribuindo para o bom funcionamento do mesmo.

2.2.2. A identificação enquanto dever

Na ótica de João Castro de Sousa (1991, p. 161), a identificação é um dever fundamental, de carácter público e de colaboração na administração da justiça, o que o torna indispensável ao bom funcionamento de uma sociedade. Ainda de acordo com o autor, compreende-se por isto que se constituam restrições aos direitos fundamentais em algumas situações limite, em que “(...) estão em causa deveres públicos inquestionáveis – como é o caso do dever de identificação – essenciais para o respeito do direito à segurança pessoal dos cidadãos e para o assegurar da ordem na sociedade” (Sousa, 1991, p. 162).

2.2.4. Identificação Criminal

Na ótica de Costa (1985, p. 106), no ano de 1263, em Portugal, começaram os esboços daquilo que hoje em dia consideramos como “registos criminais”, com o “Livro dos Culpados”, durante o reinado do Rei D. Dinis. No entanto, os primeiros registos organizados e catalogados surgem largos anos depois, em 1511, através de um alvará régio, onde constava que os tribunais começariam a lavrar e a associar um documento escrito a cada processo (Oliveira, 2016, p. 35).

2.2.5. Identificação Judiciária e a GNR

Conforme o disposto na alínea *f*), do Art.º 2º da Lei nº 67/2017, a identificação judiciária é “o processo de recolha, tratamento e comparação de elementos lofoscópicos e fotográficos, visando estabelecer a identidade de determinado indivíduo”. Na perspetiva de Oliveira (2013, p. 29) a identificação judiciária –que é regularmente denominada por identificação policial - é realizada pelos OPC definidos na LOIC como OPC de competência genérica (Art.º 3º, nº 1, alíneas *a*) e *c*)), nomeadamente para a recolha de impressões digitais, bipalmes e até fotografias aos arguidos.

Na GNR, e na sequência do disposto na alínea *c*), nº 1, Art.º 3º, conjugado com a alínea *a*), Art.º 8º do Decreto Regulamentar nº 19/2008, de 27 de novembro esta identificação judiciária é realizada essencialmente pelos militares do Núcleo de Apoio Técnico, coordenados a nível nacional pela Direção de Investigação Criminal da GNR,

que por sua vez é uma das unidades nucleares do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana.

É o Núcleo de Apoio Técnico (existem 26 dispersos de norte a sul) – existindo pelo menos um por cada Comando Territorial, ou seja, por cada distrito (sendo que alguns distritos têm mais que um por força da atividade operacional exigida para essa mesma região) o responsável pela recolha, tratamento e comparação de vestígios lofoscópicos, seja com amostras-problema, seja com amostras-referência.

Contribuem ainda para efeitos de identificação judiciária, na vertente operativa o Núcleo de Investigação Criminal e na vertente pericial o Núcleo Técnico-Pericial.

2.2.5.1. Dados estatísticos no âmbito da Lei de Identificação Judiciária

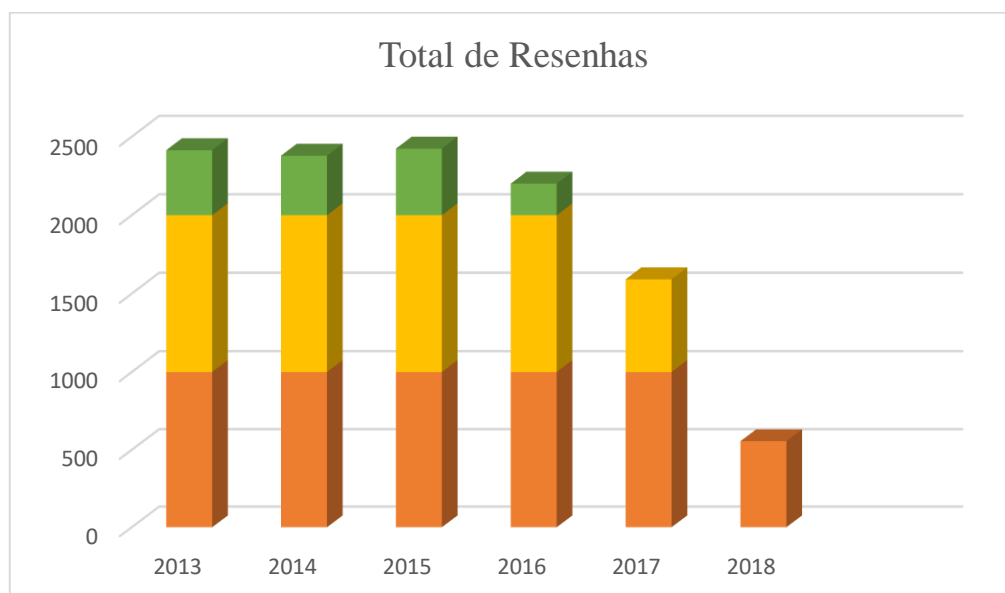


Figura 1 - “Evolução do número de amostras-referência recolhidas pela GNR 2013-2018”

Fonte: Adaptado de GNR (2019)

De acordo com dados da Figura 1, supra representada, podemos constatar no âmbito da recolha de amostras-referência (resenhas) em 2013, 2414 amostras-referência, 2379 no ano de 2014, com uma variação de -1,6% face a 2013, 2423 no ano de 2015, com uma variação de +1,8% face a 2014, de 2201 durante o ano de 2016, com uma variação - 9,2% face a 2015, de 1591 durante 2017, com uma variação de -27,7% e finalmente de 556, em 2018, com uma variação de -65% face ao ano de implementação da Lei de Identificação Judiciária.

Compreende-se esta a maior causa para o decréscimo das amostras-referência, uma vez que o crime registado pela GNR em períodos homólogos se manteve muito menos inconstante, conforme consta na Figura nº2, que se segue representada.

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº crimes	172937	155387	154426	137822	139753	136738
Var.	-	- 10,148%	-0,618%	-10,752%	+1,401%	-2,157%

Figura 2 - “Variação dos crimes registados pela GNR 2013-2018”

Fonte: Adaptado de RASI (2013-2018)

2.3. Da Lei de Identificação Judiciária (Lei nº67/2017, de 9 de agosto)

Sobre a Lei de Identificação Judiciária, destacamos algumas incoerências e particularidades que o próprio diploma nos sugere pela forma como foi concebido.

Na fase inicial, a figura do legislador revela logo no nº 1 do Art.º 1º uma preocupação em última instância com o Ficheiro Central de Dados Lofoscópicos, ao afirmar-se que “a presente lei regula a identificação judiciária lofoscópica e fotográfica para efeitos de prevenção e investigação criminal (...) em especial quanto ao ficheiro central de dados lofoscópicos (FCDL)”. Ao referir, definir no nº2 do Art.º 1º as Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI transmite o residir do foco desta Lei nas impressões lofoscópicas no plano da cooperação transfronteiriça ou internacional.

Contudo, esta ideia inicial vertida para a cooperação e integração com os normativos europeus acaba por sair um pouco defraudada, considerando que vem restringir em muito os Órgãos de Polícia Criminal - onde se inclui a Guarda Nacional Republicana - uma vez que deixa do lado da Autoridade Judiciária a tutela e execução dos mecanismos de identificação judiciária.

Desta forma, assume-se a Lei de Identificação Judiciária como uma figura jurídica no âmbito judicial, e, uma vez que todos os Órgãos de Polícia Criminal coadjuvam o Ministério Público, isto é, “encontram-se na dependência direta da autoridade judiciária, pelo que, deveriam ser os OPC a efetivar esta identificação automaticamente”, à luz do nº3, Art.º 58º do CPP (Freitas, D., 2018, pp. 275-280).

Concordamos na íntegra com esta linha de raciocínio, uma vez que um instrumento destes é melhor operacionalizado e aplicado no terreno diariamente, se for

mais permissivo e executado alçado nos Órgãos de Polícia Criminal, e não tanto nas Autoridades Judiciárias.

2.3.1. Relação com o quadro legal nacional

De acordo com o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo nº 880/14.2GACSC-A.L1-9, de 03 de março de 2016, podemos associar os procedimentos legais análogos ao passado antes da aprovação e vigência da Lei de Identificação Judiciária com o Código Processual Penal (CPP).

Desde logo, no Art.º 172º do CPP – e alçado à temática dos meios de obtenção de prova – nos esclarece que a prática anterior à da vigência desta Lei de Identificação Judiciária era a da sujeição a exames – decidido por autoridade judiciária competente para o efeito – a fim de não se eximir a todo e qualquer exame, bem como de facultar algo que deva ser examinado.

Tendo como referencia o mesmo Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa supra mencionado, importa referir que no Ponto 13 do dito documento consta que

“A recolha de impressões digitais, visa sempre estabelecer, através de perícia lofoscópica a ligação entre determinada pessoa e cuja identidade civil não suscita qualquer dúvida a determinado facto criminoso, ou seja, em regra, são recolhidas impressões digitais, para carrear prova contra o arguido” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2016, 4).

2.3.2. Relação com o quadro legal europeu

Conforme consta da própria Lei de Identificação Judiciária, Lei nº 67/2017, de 9 de agosto, este diploma legal “Regula e identificação judiciária lofoscópica e fotográfica, adaptando a ordem jurídica interna às Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008”².

Neste racional importa ter também em conta que Portugal, de acordo com Fontes (2011, 39) “tem acompanhado o movimento internacional e adaptando as suas estruturas internas, organizativa e legislativa, nos seus múltiplos aspetos”. Podemos associar isto ao Tratado de Prüm, datado de 27 de maio de 2005, mas que Portugal se viria a tornar observador em 2006.

² Decisão 2008/615/JAI do Conselho de 23 de junho de 2008, que visa o reforço da cooperação transfronteiriça, nomeadamente nos domínios da luta contra o terrorismo e da criminalidade transfronteiras. A Decisão 2008/616/JAI do Conselho, de 23 de julho de 2008, aplica e executa a Decisão 2008/615/JAI.

Este Tratado versa essencialmente o estreitar o “intercâmbio de informações, para efeitos de prevenção e investigação de infrações penais e de manutenção da ordem e segurança públicas”. Tem como medidas em implementação e desenvolvimento nas áreas específicas da prevenção de ataques terroristas, luta contra a imigração ilegal e proteção de dados.

2.3.3. Conceitos e Definições

Neste ponto do trabalho, orientou-se o foco para alguns conceitos definidos na Lei de Identificação Judiciária, que consideramos serem suscetíveis de ressalva, dado o fundamento deste Trabalho de Investigação Aplicada.

2.3.3.1. Amostra-problema

A amostra-problema, até então denominada no léxico policial como vestígio ou vestígio lofoscópico, é considerando a alínea *a)* do Art.º 2º da Lei de Identificação Judiciária como um vestígio afeto à Lofoscopia conseguido através de “objeto ou em local onde se proceda à recolha de meios de prova, bem como a impressão digital, preferencialmente correspondente ao dedo indicador direito, recolhida em cadáver ou de uma pessoa de identidade desconhecida”.

Uma fragilidade desta figura, aos dias que correm prende-se com a relação íntima desta amostra-problema com a amostra-referência e o respetivo prazo de conservação no Ficheiro Central de Dados Lofoscópicos.

2.3.3.2. Amostra-referência

Por outro lado, a amostra-referência enquadra-se de acordo com a alínea *b)*, do Art.º 2º da Lei de Identificação Judiciária como “as impressões lofoscópicas, ou seja, as impressões digitais ou palmares, recolhidas de uma pessoas de identidade conhecida, correspondentes ao desenho formado pelas linhas papilares dos dedos e das palmas das mãos”.

Conseguimos associar facilmente associar a amostra-referência àquilo que outrora era denominado de “resenha” ou “resenha lofoscópica”, que se verificava quando o autor daquele vestígio era conhecido.

2.3.3.3. Resenha Lofoscópica

A resenha lofoscópica, prevista na alínea *c*) do Art.º 2º da Lei de Identificação Judiciária assume-se como um conjunto de “suportes, impressos ou formulários onde são recolhidas as impressões digitais dos arguidos e condenados”.

2.3.3.4. Ponto característico

De acordo com a alínea *d*) do Art.º 2º da Lei de Identificação Judiciária é a “morfologia das cristas papilares, resultante da descontinuidade das mesmas e da respetiva interação, de natureza imutável e diversiforme”.

Tal como referido por Neumann, C. et. al (2016, p. 1), a pele dos dedos e das palmas das mãos e dos pés do ser humano configura uma crista papilar, que podem deixar um vestígio lofoscópico – *latent prints* – numa determinada superfície.

2.3.3.5. Fotografia técnico-policial de identificação

A figura da Fotografia técnico-policial de identificação é importante, uma vez que a fotografia há um largo período de tempo que auxilia a Lofoscopia enquanto ferramenta essencial para a obtenção de meios de prova e positivar identificações de pessoas (Braz, 2013, pp. 55-57).

A captação de imagem é uma tarefa que deve ser realizada pela equipa técnica de apoio à investigação criminal, pela importância, pelo peso que tem na cadeia de custódia da prova. A recolha de imagens permite posterior e mais fácil identificação de pessoas, bens, locais (Ademar, C., 2015, p. 76).

2.3.3.6. Hit

Previsto no Art.º 2º, alínea *g*) da LIJ, o “*hit*” é “o resultado de comparação lofoscópica que estabeleça a identidade entre duas amostras”. Quando é recolhida uma impressão lofoscópica em qualquer local ou pessoa – seja amostra-problema ou amostra-referência e é feita a comparação por peritos técnicos especializados, denomina-se “*hit*”.

Significa isto que existem pelo menos 12 pontos característicos comuns nas duas amostras recolhidas, em termos lofoscópicos, conforme o disposto no nº 3 do Art.º 12º da Lei de Identificação Judiciária.

2.3.3.7. *No hit*

Previsto na alínea *h*) do Art.º 2º, o *no hit* está previsto quando “o resultado de comparação lofoscópica que não estabeleça a identidade entre duas amostras”. Neste caso, o raciocínio será inverso ao da figura do *hit*.

2.4. Pareceres técnicos de organismos e entidades

2.4.1. Comissão Nacional de Proteção de Dados

Como resultado do Parecer nº 6/2017, de 10 de fevereiro de 2017, conclui a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) que o anteprojeto da proposta de lei contém algumas matérias alvo de reponderação, das quais destacam o prazo de conservação dos dados no FCDL – que à luz da identificação judiciária deverão estar dotados de maior coerência.

A CNPD sugere também a previsão de mecanismos que efetivamente garantam a qualidade dos dados tratados. Alertam ainda para a subsistência de alguns pontos que já constavam no Parecer nº 2/2017, de 16 de janeiro de 2017, como a definição exata do objeto da Lei de Identificação Judiciária, solicitando clarificação quanto à interconexão com outras bases de dados de futuro e ainda para a extrema importância de que o FCDL não deverá ser alimentado por bases de dados legitimadas por instrumentos jurídicos já revogados recentemente, que como tal, estão ilegais.

Quanto ao tratamento das fotografias técnico-policiais, considera esta Comissão que uma maior densidade na regulação desta iria mais de encontro com a legislação de proteção de dados pessoais.

2.4.2. Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG) da Assembleia da República elaborou um Parecer da Proposta de Lei nº 64/XIII/2ª (GOV)., onde afirmam que “ (...) considerando que as novas realidades criminais implicam que o sistema de justiça possa oferecer aos órgãos de polícia criminal e a todos os operadores judiciais um regime jurídico que, quanto à identificação judiciária, contribua, em termos de prova técnico-científica (...) ”. Adiante no mesmo documento, alertam para o incumprimento de Portugal para com “as obrigações

decorrentes das Decisões Prüm, no que se reporta ao acesso em linha e a pedidos de acompanhamento” – capítulo 2 da Decisão 2008/615/JAI.

Ao longo deste Parecer é possível compreender a necessidade que Portugal teve em passar à situação de cumpridor uma vez que ficara acordado que em 2011, em matérias de impressões digitais, dados do registo e matrículas de veículos ficariam interconectadas.

Foi preciso esperar por 29 de setembro de 2016 para que a Comissão Europeia enviasse notificações aos países incumpridores – entre os quais – Portugal, na medida do incumprimento das Decisões Prüm em matérias de intercâmbio automático de ADN, impressões digitais e dados nacionais de registo de veículos, das quais só se tornava incumpridor quem não cumprisse nenhuma ou apenas uma.

2.4.3. Ordem dos Advogados

A Ordem dos Advogados (OA) elaborou um “Parecer da Ordem dos Advogados sobre a Proposta de Lei nº 64/XIII”, solicitado pela Assembleia da República a esta mesma instituição através da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deste Parecer analisado, destacam-se a preocupação com o entrosamento da Lei de Proteção de Dados (LPD) e quatro aspetos esmiuçados pela OA: a recolha de impressões digitais e impressões palmares, os sujeitos objeto da recolha, o prazo de conservação dos dados e a Recolha e acesso aos dados.

No entender da OA – interpretando a Decisão 2008/615/JAI, “não existe qualquer obrigação de os Estados-membros criarem ou manterem nenhuma base de dados que alargue o âmbito de recolha latente à impressão palmar”. Adiantam ainda que a criação de tais bases de dados deve ser uma decisão tomada individual e autonomamente por cada Estado, articulando e obedecendo os normativos internos de cada um bem como respeitar e salvaguardar as suas constituições.

Relativamente aos sujeitos objeto da recolha fazem uma sugestão fundamental que viria a balizar posteriormente a esta Proposta de Lei nº 64/XIII que resultou na Lei nº 67/2017, de 9 de agosto. Esta sugestão prende-se com o âmbito menos alargado de aplicação da identificação judiciária que no entender da OA deveria existir, uma vez que são vários os crimes cometidos em que não é necessária tal recolha a fim de apurar a verdade material por detrás desse mesmo crime.

Neste sentido – aliado também ao facto da simples constituição de arguido não implicar necessariamente a dita recolha – consideram uma “violação do princípio da

proporcionalidade a que, por força da Lei Penal adjetiva e em respeito ao consagrado no Art.º 35 da CRP”. Adiantam que este tipo de intrusões à esfera pessoal deve ser tratado tal como se faz no que concerne às escutas telefónicas, no âmbito do Art.º 187º do CPP.

A OA considera, relativamente ao prazo de conservação dos dados que os 15 anos previstos não vão de acordo com o racional da investigação criminal, uma vez que seria talvez mais ajustado circunscrever o prazo de conservação ao prazo de prescrição do procedimento criminal – nos casos de arquivamento ou decisões absolutórias – ou aos prazos de vigência das inscrições no registo criminal – nos casos que resultem em condenações transitadas em julgado.

Por último, relativamente à recolha e acesso, a OA considera que às autoridades judiciárias deve ser garantida a sua intervenção, não só para a recolha como também para o acesso aos dados recolhidos, neste caso lofoscópicos. Deste modo, não se cinge aos OPC o acesso a tais dados. Concluem no final deste Parecer que o acesso e provisionamento deve estar sempre precedido através do Ministério Público, validado por um Juiz de Instrução Criminal.

2.4.4. Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Oeste

Com vista a um esclarecimento efetivo, simples e visando uma maior articulação e coordenação entre os Órgãos de Polícia Criminal que lidam com a Lei nº67/2017, de 9 de agosto, nomeadamente na elaboração de amostras-referência aquando da detenção de cidadãos, a Procuradoria da Comarca de Lisboa Oeste elaborou o Despacho nº 10/2018.

Este Despacho permite uma instrumentalização da LIJ na Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana e em Portugal.

Como principais pontos a reter deste documento, podemos destacar que existe uma particularidade sobre a confusão que a própria LIJ nos pode despertar, nomeadamente no âmbito do seu Art.º 3º, nº1, alínea *a*) - em que devido à própria legística e semântica – por podermos considerar os pontos *i*), *ii*) e *iii*) como cumulativos devido à expressão “ou” entre eles. Devem, no entanto, ser considerados alternativos.

Relativamente à incidência deste diploma, são sujeitos a identificação judiciária os indivíduos constituídos arguidos em processos-crime “(i) quando existam dúvidas quanto à sua identidade; ou (ii) na sequência de aplicação de medida de coação privativa de liberdade; ou (iii) mediante despacho judicial, ponderadas as necessidades de prova”. São ainda sujeitos a esta identificação judiciária todos os condenados em processos-crime, os inimputáveis a quem tenha sido aplicada medida de segurança e ainda os

suspeitos não portadores de documento de identificação, nos termos do Art.º 250, nº 1 do CPP, “não possam identificar-se por qualquer dos meios previstos nos nº 3, 4 e 5 daquele artigo, ou recusem a identificar-se perante autoridades ou órgãos de polícia criminal.

Verifica-se então, de acordo com este documento orientador uma incoerência legislativa no seio destes pontos supra esmiuçados.

Este documento é fundamental no esbater do Art.º 4º da LIJ, ou seja na Página 2 do Despacho nº 10/2018 da Procuradoria da Comarca de Lisboa Oeste, na medida em que, também na ótica da legística e da semântica, nos esclarece uma vez mais que o “ou” contido no Art.º 4º, nº 1 da LIJ é também ele apenas e só alternativo. Quer isto dizer que – e em remissão para o Art.º 257º, nº 2, alínea c) do CPP – um Comandante de um Comando Territorial (CTer) da GNR, por exemplo, legalmente titulado de Autoridade de Polícia Criminal (APC) pode determinar a recolha de amostras-referência, caso se verifique ser uma situação urgente e que a demora de uma Autoridade Judiciária pode despoletar na tramitação da realização dessa mesma recolha.

No caso dos visados serem suspeitos – a título processual penal – recomenda esta mesma Procuradoria da Comarca de Lisboa Oeste a que se respeite os pressupostos legais contidos no Art.º 250º do CPP, afeto à Identificação de suspeitos e pedidos de informações.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1. Introdução

O presente capítulo visa escarpelizar a metodologia escolhida para a condução desta investigação, alçada na vertente e ótica de um trabalho de investigação aplicada. Neste sentido, descreve-se nesta etapa a metodologia utilizada – seguida da fundamentação da mesma – bem como o modelo de análise da investigação, que contém a pergunta de partida e as perguntas derivadas.

Importa ter presente que a investigação científica é, de acordo com Marie-Fabienne Fortin (2013, p. 17) um “processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação”. Como processo sistemático que é, podemos utilizar determinados métodos e técnicas que, podem ser definidos no período da formulação do problema ou rutura (Lakatos & Marconi, 1993, p. 21). Deste modo, relaciona-se a metodologia não só com o problema, como também com as perguntas de investigação (partida e derivadas) e os objetivos (geral e específicos).

3.2. Modelo de Análise

A presente investigação tem como pergunta de partida a seguinte: “Quais as implicações resultantes da nova Lei de Identificação Judiciária no âmbito das investigações à responsabilidade da GNR?”. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2013, p. 102), através da pergunta de partida “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor”.

Esta investigação pretende determinar as implicações para a Guarda Nacional Republicana e respetivo serviço operacional desempenhado diariamente pelos seus militares, que a recente Lei de Identificação Judiciária (Lei nº 67/2017, de 9 de agosto) acarreta e conseqüentemente o impacto da mesma junto dos cidadãos, o tipo de relação que têm e que poderiam ter idealmente. A própria identificação judiciária e seus relacionados, bem como a aplicação e invocação de Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos estão subordinantes a esta problemática.

Consequentes da pergunta de partida, e de maneira de responder aos objetivos específicos, conceberam-se as seguintes perguntas derivadas:

PD1: “Qual é o quadro legal no âmbito da Lei de Identificação Judiciária a nível nacional e europeu?”

PD2: “De que forma tem evoluído a estrutura e atividade operacional da GNR no âmbito da Lei de Identificação Judiciária?”

PD3: “Quais as implicações da Lei de Identificação Judiciária para a GNR?”

Para melhor conceptualização, propomos um modelo de análise³

3.3. Método e Procedimento metodológico

Relativamente ao procedimento metodológico, a presente investigação tem como base e referência as etapas do procedimento propostas por Quivy e Campenhoudt (2013), adaptadas ao contexto e particularidades da mesma. As Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação da Academia Militar, materializadas – neste caso em concreto – na NEP nº 522/1ª de 20 de janeiro de 2016.

No que diz respeito ao método, optou-se pela adoção do método dedutivo, quer isto dizer, que se partiu de premissas gerais com vista a alcançar uma verdade particular (Freixo, 2012, p. 106). O método dedutivo trata-se de um método lógico, em que a sua utilização assume a existência de verdades gerais já afirmadas, e pode ser utilizado como ponto de partida para alcançar novos conhecimentos através dele (Lakatos & Marconi, 1993, p. 57).

Esta investigação tem uma incidência na abordagem qualitativa, resultante maioritariamente da análise de informações de natureza subjetiva (Sarmiento, 2013, p. 23), da análise documental e de inquéritos por entrevista, que visaram essencialmente na obtenção de informações, conhecimentos e experiências mais sólidas e num espectro mais abrangente que a análise documental *per si* não permitiria, por ser mais limitada. Como tal, materializaram-se na realização de seis inquéritos por entrevista não só a atores das FFSS (cinco), como a GNR, PSP e PJ, como também a uma entidade externa às FFSS Magistrada do Ministério Público (MP), Autoridade Judiciária (AJ) – ainda que diretamente relacionada com a investigação criminal da GNR, no âmbito da condução de inquéritos e respetiva delegação de competências para a realização de investigações.

³ Vide Apêndice A – “Modelo de Análise”.

3.4. Amostragem

Considerando o disposto por Fortin (2009, p. 41), a população deve ser indicada através de critérios que permitam “precisar a amostra e determinar o seu tamanho”. Neste racional, esta amostra é representada mediante um leque de elementos possuidores de características similares. Ainda segundo Fortin (2009, p. 41) os resultados atingidos são fruto do estudo sob a população disponível ou tangível, uma vez que a amostra é parte da população que “está ao alcance do investigador”.

Assim sendo, esta investigação tem como amostra, no que concerne aos inquéritos por entrevista seis (06) elementos⁴: um (01) Capitão da GNR, Comandante de um Destacamento Territorial (subunidade da GNR), um (01) Sargento-ajudante da GNR, Chefe da Secção de Identificação Humana da Direção de Investigação Criminal da GNR, um (01) Especialista-adjunto da PJ, um (01) Inspetor da PJ, um (01) Comissário da PSP, Chefe da Divisão de Polícia Técnica e Ciência Forense – todos estes cinco integrantes do previamente descrito como “Grupo A” – e uma (01) Magistrada do Ministério Público Coordenadora, Procuradora-coordenadora da Comarca de Lisboa Oeste.

3.5. Procedimentos e ferramentas de recolha e análise de dados

Importa nesta fase salientar que a recolha de dados é a reunião concreta de informações junto de pessoas ou unidades que constituem a amostra (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 183). Ainda, e de acordo com Freixo (2012, p. 220) a recolha de dados pode ser definida como um processo organizado que tem como foco a obtenção de informações no seio de várias fontes, com a finalidade de passar por vários níveis de conhecimento de uma determinada temática, pelo que convém que esta recolha seja adaptada consoante os objetivos da investigação.

Relativamente à recolha de dados empíricos, no inquérito por entrevista, o guião⁵ da mesma foi utilizado como instrumento de observação, uma vez nestes inquéritos o entrevistado transmite as suas “perceções, experiências e interpretações”(Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192). De acordo com Sarmento (2013, p. 17), na entrevista semiestruturada “o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados”. Ainda segundo Sarmento, (2013, p. 17), na

⁴ vide Apêndice B – Caracterização dos entrevistados.

⁵ vide Apêndice C- Carta de apresentação e Guião de entrevista.

entrevista não estruturada o entrevistado fala aberta e livremente acerca do tema e assuntos afetos ao mesmo, não existindo um guião.

Assim, realizaram-se seis inquéritos por entrevista, todos presenciais, individuais durante o março e abril de 2019. Cinco destes semiestruturados e com recurso a gravação áudio autorizada, e um destes não estruturado e sem recurso a gravação áudio. Dividiu-se o leque de entrevistados em dois grupos (A e B): o primeiro grupo constituído por elementos das FFSS, e o segundo grupo com um elemento do Ministério Público.

Os tópicos ou temas abordados e contidos no guião de entrevistada – previamente validado pelo Orientador e Coorientador – foram, para as entidades do Grupo A: “Relação da Lei de Identificação Judiciária com o restante quadro legal nacional e europeu”, “Evolução da Estrutura da GNR no âmbito da Identificação Judiciária”, “Evolução da Atividade Operacional da GNR no âmbito da Identificação Judiciária”, “Implicações desta Lei ao nível da formação, expediente e procedimentos na GNR”, “Relação da aprovação e implementação da Lei e os impactos na atividade operacional da GNR”. Relativamente ao Grupo B, e como sugestão do próprio entrevistado (por ser uma entidade externa às FFSS), o inquérito por entrevista – neste caso não estruturada – foi feito de modo totalmente aberto e mais subjetivo, em que o próprio entrevistado exprimiu o que sentia, acerca da implementação e impacto desta Lei, de modo geral, para uma Força de Segurança como a Guarda Nacional Republicana.

Seguiu-se o modelo proposto por Guerra (2006), relativamente ao tratamento, processamento e à análise dos resultados obtidos na sequência dos inquéritos por entrevista.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste Capítulo da investigação é exposta a apresentação, a análise e a discussão dos resultados obtidos através dos inquéritos por entrevista e dos inquéritos por questionário, relacionando-os de forma lógica com o disposto nos Capítulos 1 e 2 anteriormente apresentados.

No desiderato exposto por Freixo (2012, p. 177), o processo em torno da investigação científica e académica não sendo sempre fixo e estanque, abarca várias fases comuns em muitas investigações neste âmbito. Faz parte desta panóplia a fase que consiste na recolha e análise de dados, através dos quais se retiram “descrições detalhadas dos acontecimentos” relatados pelos intervenientes ou participantes dessas mesmas situações.

4.1. Análise dos inquéritos por entrevista – Grupo A

4.1.1. Apresentação, análise e discussão da questão nº1

Quadro 1 – Análise das respostas à questão nº 1

Questão nº1		
<i>“Qual a relação da Lei de Identificação Judiciária com o restante quadro legal nacional e europeu?”</i>		
	Resposta	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none">- “Advém claramente das Decisões JAI do Conselho da UE (...) relacionadas com o Tratado de Prüm”.- “Ao nível nacional (...) está mais relacionada com o RGPD”.	<ul style="list-style-type: none">- “A Lei de Identificação Judiciária advém claramente das Decisões JAI do Conselho da União Europeia, relacionadas com o Tratado de Prüm, que visavam a cooperação transfronteiriça, partilha de dados lofoscópicos e cooperação no terrorismo”.- “Ao nível nacional penso que está mais relacionada com o RGPD, uma vez que o agora chamado FCDL/AFIS não estava muito compatível com este a nível nacional e europeu”.

E2	<p>- “(...) necessidade de regular a Lofoscopia ao nível nacional e europeu (...) nomeadamente do Tratado de Prüm”.</p> <p>- “(...) preocupação com a proteção de Dados Pessoais no âmbito do RGPD”.</p>	<p>- “Percebe-se no Anteprojeto e Projetos de Lei que esta LIJ vai de encontro à necessidade de regular a Lofoscopia ao nível nacional e europeu de acordo com obrigações internacionais que Portugal tem de cumprir, nomeadamente do Tratado de Prüm do qual é país signatário”.</p> <p>- “Com Prüm conseguimos, no âmbito da cooperação internacional a qualquer momento pesquisar amostras-problema no AFIS em todos os países signatários de Prüm”.</p> <p>- “Do ponto de vista nacional, verificou-se que o Legislador estava preocupado com a proteção de Dados Pessoais no âmbito do RGPD. A CNPD levantou várias questões e forçou que a LIJ acabasse alterada relativamente aos anteprojetos”.</p>
E3	<p>“Prende-se com Decisões JAI no âmbito do Tratado de Prüm”;</p>	<p>- “Prende-se com as Decisões JAI no âmbito do Tratado de Prüm, que nos vieram impor uma homogeneização ao nível dos países signatários deste Acordo, no que concerne à Lofoscopia e ADN, entre outros”.</p>
E4	<p>- “Imposição geral através do Tratado de Prüm”.</p> <p>- “A nível nacional, é um enquadramento legal pioneiro”.</p>	<p>- “No contexto europeu, resulta quase que como uma imposição geral no âmbito do Direito Internacional Público, através do Tratado de Prüm”.</p> <p>- “(...) por outro lado, a nível nacional, é um enquadramento legal pioneiro. Não havia regulação neste aspeto antes da LIJ”.</p>
E5	<p>- “(...) existe uma clara ligação às exigências do Tratado de Prüm.”</p> <p>- “Ao nível nacional é um regime novo, interligado com normas processuais penais”.</p> <p>- “(...) é um regime de especialidade para o panorama nacional”.</p>	<p>- “Foi na tentativa de transpor a legislação internacional. Neste sentido, existe uma clara ligação às exigências do Tratado de Prüm”.</p> <p>- “No âmbito interno, ao nível nacional e um regime novo, ainda que interligado com as normas processuais penais, como não podia deixar de ser. Contudo, tem autonomia própria, é um regime de especialidade para o panorama nacional. Portanto insere-se com uma certa autonomia no ordenamento jurídico português”.</p>

Fonte: Elaboração Própria

Conforme o disposto no Quadro nº 1, acima apresentado, a questão nº 1 do inquérito por entrevista visa relacionar a Lei de Identificação Judiciária com o restante quadro legal nacional e europeu.

Todos os entrevistados do Grupo A (E1, E2, E3, E4, E5) destacam o Tratado de Prüm como fundamental para o desenvolvimento deste diploma legal, uma vez que este foi criado e implementado para garantir uma troca de informações mais eficaz entre Estados-Membros da União Europeia no âmbito da deteção de infrações e investigações⁶

Assim sendo, estamos perante o racional adotado por David Freitas (2018), uma vez que é para este autor é indispensável considerar a importância das disposições de

⁶ Cfr. Decisão 2008/615/JAI do Conselho de 23 de junho de 2008

Tratado de Prüm neste âmbito, uma vez que no escopo da troca de informações é fulcral que os procedimentos estejam harmonizados e sobretudo que tenham como meta defender os direitos fundamentais.

4.1.2. Apresentação, análise e discussão da questão nº2

Quadro 2 – Análise das respostas à questão nº 2

<p>Questão nº2</p> <p><i>“De que forma evoluiu da Estrutura da GNR no âmbito da Identificação Judiciária?”</i></p>		
	Resposta	Argumentação
E1	-“(…) não se verificaram alterações neste aspeto”; “Manteve-se de igual modo”.	“A Estrutura da GNR, em termos Orgânicos não se alterou, não se verificaram alterações neste aspeto . A implementação desta Lei não resultou em modificações ao nível orgânico, manteve-se tudo de igual modo , neste assunto em particular”.
E2	-“(…) não se verificaram de todo”;“(…) quer na vertente operativa, quer na analítica não se deram alterações nenhuma”.	-“Alterações na Estrutura da Investigação Criminal ou da Criminalística da GNR não se verificaram de todo ”. - “Relativamente à Orgânica, propriamente dita, quer na vertente operativa quer na analítica não se deram alterações nenhuma ”
E3	-“(…) a GNR adaptou-se à Lei de Identificação Judiciária, mas ao nível procedimental (…)”	- “Creio que neste âmbito não foi a Lei que se adaptou à GNR, mas sim a GNR que se adaptou à Lei de Identificação Judiciária, mas ao nível procedimental , tal como os restantes Órgãos de Polícia Criminal de competência genérica”.
E4	-“(…)estamos perante algo que é claro, pois a GNR (…) tem de cumprir a sua tarefa (…) o que implica que os procedimentos, e não a estrutura da GNR se tenham adequado a esta nova realidade”.	- “Aqui estamos perante algo que é claro, pois a GNR enquanto Força de Segurança tem de cumprir a sua tarefa respeitando princípios como os contidos nos art.º 266º e 272º da CRP, o que implica que os procedimentos e não a estrutura da GNR se tenham adequado a esta realidade .”. -“Aliás, antes desta LIJ ter sido concebida a GNR já efetuava a recolha de impressões digitais bem como a realização da fotografia técnico-policial de identificação, que depois remetia para a PJ”. - “Posto isto, atualmente não existe que esta nova LIJ foi acolhida pela GNR que, com a sua eficiência e competência promove as diligências necessárias para assim realizar a sua missão atribuída pelo Estado”.
E5	-“(…) não houve necessidade de alteração”.	- “Ao nível da Orgânica, não houve necessidade de alteração . Até porque muito do trabalho que se fazia em todos os OPC eram perícias por arrasto. O que acontece hoje em dia é que todos nós (OPC) somos muito cirúrgicos na realização da perícia”.

Fonte: Elaboração Própria

Na sequência do Quadro nº 2, acima representado, é possível extrair que – de acordo com os entrevistados – de um modo geral, não se verificaram quaisquer alterações ao nível da Estrutura da GNR no âmbito da Lei de Identificação Judiciária.

Numa primeira fase, os entrevistados E1, E2 e E5 afirmam tempestivamente que não houve uma necessidade de uma instituição como a GNR modificar a sua Estrutura Orgânica por força da implementação da Lei de Identificação Judiciária, salientando que neste aspeto, tudo se manteve de igual modo, sendo que E2 destaca que as vertentes operativas e analíticas da investigação criminal da GNR como inalteradas.

Importa ainda referir que de acordo com E3 e E4 foi a própria GNR e a respetiva Estrutura que se adaptou à implementação da Lei de Identificação Judiciária, uma vez que enquanto Órgãos de Polícia Criminal e por força dos arts.º 266º e 272º do Código Processual Penal português não só a GNR como os restantes OPC tiveram que continuar a persecução das suas funções, promovendo as diligências necessárias e previstas nesta LIJ para o cumprimento das missões legalmente incumbidas.

4.1.3. Apresentação, análise e discussão da questão nº3

Quadro 3 – Análise das respostas à questão nº 3

<p>Questão nº3</p> <p><i>“Como caracteriza a evolução da Atividade Operacional da GNR no âmbito da Identificação Judiciária?”</i></p>		
	Resposta	Argumentação
E1	<p>-“(…)eventual dicotomia entre privacidade e segurança”.</p> <p>-“(…)as resenhas garantidamente diminuiram”.</p>	<p>- “Existe uma eventual dicotomia entre privacidade e segurança, que é interessante neste aspeto: quando estamos do lado da segurança, queremos ter o maior número de resenhas possível. Por outro lado, se pensarmos do escopo da privacidade, queremos que as resenhas sejam criteriosas de modo a não ferir direitos, liberdades e garantias.”</p> <p>- “O problema é que as resenhas garantidamente diminuiram.”</p> <p>- “ Mantendo-se tudo o resto constante, a nível de criminalidade, o número de resenhas decresceu, por certo”.</p>
E2	<p>- “Relativamente à recolha de resenhas (...) foi este o maior constrangimento para a atividade operacional da GNR”.</p> <p>- “ (...) LIJ é ambígua e difícil de interpretar”.</p>	<p>-“Relativamente à recolha de resenhas, agora amostras-referência, foi este o maior constrangimento para a atividade operacional da GNR. A LIJ é na minha opinião ambígua, difícil de interpretar. Tem havido dificuldades no terreno na realização de resenhas, porque é necessário um despacho judicial, e tem sido muito difícil a adaptação para manter os resultados como nos anos anteriores”.</p>

	<p>- “(...)dificuldades das AJ e das APC para realizar o Despacho para a realização das resenhas”.</p> <p>-(...)não existia um limite máximo temporal para que uma amostra-referência perdurasse no FCDL. Agora são, de acordo com a LIJ, 15 anos (...) É outro constrangimento”.</p> <p>-“deixamos de ter resenhas no FCDL para fazer comparações”.</p>	<p>-“Posso-lhe apontar que no primeiro mês após a vigoração da LIJ foram feitas apenas 4 resenhas. Em 2016, ano anterior à implementação da LIJ, a GNR realizou 2201 resenhas. Em 2017, ano de entrada em vigor, o último trimestre fechou com 0 resenhas, fechando o ano com 1591 resenhas. Em 2018, foi um total decréscimo, registando apenas 556 resenhas, sendo que o número de crimes constatados pela GNR se manteve minimamente constante”.</p> <p>-“Em todas as reuniões que temos com os militares dos NAT, são referidas as dificuldades quer das AJ quer das APC para realizar o Despacho para a realização das resenhas. Até na realização das perícias e comparação de vestígios têm havido dificuldades”.</p> <p>- “Até então, por falta da regulamentação sobre as bases de dados lofoscópicas, não existia um limite máximo temporal para que uma amostra-referência perdurasse no FCDL. Agora são de acordo com a LIJ, 15 anos, salvo duas exceções, e após esse período os ficheiros são eliminados. É outro constrangimento. Se este assunto não for retificado, daqui a uns anos deixamos de ter resenhas no FCDL para fazer comparações”.</p>
E3	<p>- “ (...) o número decresceu certamente (...).</p> <p>- “Os arguidos têm que ter os seus direitos acautelados. As recolhas devem ser feitas em função do bem jurídico tutelado (...)”.</p> <p>- “(...)julgo que nestas matérias deve prevalecer a Liberdade em detrimento da Segurança”.</p> <p>- “A recolha parece-me fazer apenas sentido no que toca à existência de amostras-problema”.</p> <p>- “É necessário harmonizar os direitos à liberdade e à segurança, para uma atividade operacional eficaz (...)”.</p>	<p>- “Posso-lhe dizer que o número decresceu certamente, tal como noutras FFSS, por força do normativo legal que restringe mais a recolha. Parece-me bem, não só para a defesa do arguido, como também do Estado de direito democrático. Os arguidos têm de ter os seus direitos acautelados. As recolhas devem ser feitas em função do bem jurídico tutelado e/ou cumulativamente com a moldura penal e dolo do criminoso em questão”.</p> <p>- “Isto é, no sentido de sermos progressistas no nosso Processo Penal. Não somos um Estado propriamente securitário, e julgo que nestas matérias, dependendo da situação, deve prevalecer a Liberdade em detrimento da Segurança”.</p> <p>- “A recolha parece-me fazer apenas sentido no que toca à existência de amostras-problema”.</p> <p>- “É necessário harmonizar os direitos à liberdade e à segurança para uma atividade operacional eficaz, uma vez que não se podem anular um ao outro”.</p>

E4	<p>- “(...)vai dar-se um aumento exponencial das capacidade operacionais da GNR, no que diz respeito à identificação humana (...).</p> <p>- “(...)maior sensibilidade ao nível das impressões lofoscópicas (...).</p> <p>- “(...)acredito que os dados de resenhas tenham diminuído, porque existem mais condicionantes a essa mesma recolha”.</p>	<p>- “Acredito que no âmbito da LIJ, vai dar-se um aumento exponencial das capacidades operacionais da GNR, no que diz respeito à identificação humana, certamente que a LIJ vai implicar uma maior expertise sobre esta área, permitindo que exista maior sensibilidade ao nível das impressões lofoscópicas ou mesmo do visionamento de imagens e reconhecimentos fotográficos e pessoais que permitam a identificação de intervenientes processuais pertinentes para o desenlace de uma qualquer investigação criminal”.</p> <p>- “Em termos estatísticos, acredito que os dados de resenhas tenham diminuído, porque existem mais condicionantes a essa mesma recolha”.</p>
E5	<p>- “Acredito que os dados tenham diminuído”.</p> <p>-“(...)agora só se resenha quem pode ser resenhado nos termos da Lei”.</p> <p>- “(...)garante maior segurança jurídica”.</p> <p>-“(...)a atividade operacional vai diminuir, termos estatísticos”.</p>	<p>- “Acredito que os dados tenham diminuído. A possibilidade de realização da recolha de uma amostra-referência baixou exponencialmente”.</p> <p>- “No entanto, nem tudo é mau, porque agora só se resenha quem pode ser resenhado nos termos da Lei. Isto garante-nos maior segurança jurídica. Até então, tanto, na GNR como na PSP só existiam normativos internos que nos diziam como e quando se podia resenhar alguém. Neste momento não é assim”.</p> <p>- “Perante a restrição que a Lei faz é claro que a atividade operacional vai diminuir em termos estatísticos. A recolha de amostras-referência baixou exponencialmente. Nem há comparação possível”.</p>

Fonte: Elaboração Própria

Na sequência do Quadro nº 3, acima representado, é possível reter que as opiniões são mais díspares do que nas outras questões. De acordo com todos os entrevistados, E1, E2, E3, E4, E5 a atividade operacional, ao nível do número de amostras-referência realizadas diminuiu certamente, por força dos constrangimentos da própria Lei de Identificação Judiciária.

Ainda, segundo E1, E2 e E3, as dicotomias entre direitos, liberdades e garantias são uma restrição na atividade operacional, por suscitarem dúvidas em quem detém as competências de realizar Despacho Judicial para que se obtenham as amostras-referência.

E3 refere ainda que os arguidos devem ter os seus direitos mais acautelados, concluindo ainda que faria mais sentido apenas a recolha de amostras-problema, de quando se desconhece a autoria do vestígio em causa.

No que diz respeito a uma análise a médio prazo, E2 alerta para o facto de que se não existir uma clarificação da Lei num futuro breve, num curto espaço de tempo deixará de existir amostras-referência em FCDL suscetíveis de comparação.

De um outro ponto de vista, E4 destaca que em termos da evolução da Atividade Operacional da GNR haverá uma maior especialização nesta área, por força da Lei e da habituação que terá de acontecer, havendo uma maior sensibilidade e aumento exponencial das capacidades e competências dos militares nesta área.

4.1.4. Apresentação, análise e discussão da questão nº4

Quadro 4 – Análise das respostas à questão nº 4

<p>Questão nº 4</p> <p><i>“Que implicações resultam desta Lei ao nível da formação, expediente e procedimentos na GNR?”</i></p>		
	Resposta	Argumentação
E1	<p>-“Alteraram-se procedimentos no terreno (...) sob pena de incorrer numa ilegalidade”.</p> <p>- “A obrigatoriedade do consentimento e o despacho judicial são entraves à realização de resenhas e comparações”.</p> <p>-“Informação ao Visado”.</p>	<p>- “Alteraram-se procedimentos no terreno. A resenha que dantes era transversal salvo raras exceções, agora já não o é, sob pena de incorrer numa ilegalidade”.</p> <p>-“A obrigatoriedade do consentimento e o despacho judicial são entraves à realização de resenhas e comparações. Mas principalmente destaco o consentimento como constrangimento maior ao nível da alteração de procedimentos e expediente uma vez que o ónus de ser realizada uma amostra-referência recai sobre o visado/arguido”.</p> <p>- “Em termos de expediente, o NAT é o órgão que executa estas resenhas. À exceção da Informação ao Visado, desconheço que alterações mais tenham existido”.</p>
E2	<p>-“(…)Houve necessidade de criar expediente específico. Um dos documentos é a Informação ao Visado”.</p> <p>- “(…)necessidade de reformular o Curso de Lofoscopia da GNR, porque agora o Curso carece de regulamentação própria e creditação e validação por parte do LPC da PJ”.</p> <p>- “(…)Houve necessidade de criar em conjunto com a PSP e a PJ a reestruturação dos cursos de Lofoscopia”.</p>	<p>-“Houve muitas alterações neste aspeto, a própria lei o define. Houve necessidade de criar expediente específico. Um dos documentos é a Informação ao Visado. O arguido/visado tem que ser informado do que vai ser feito, no âmbito de recolha de amostras-problema e amostras-referência”.</p> <p>-“Relativamente à Formação, houve necessidade de reformular o Curso de Lofoscopia da GNR, porque agora o Curso carece de regulamentação própria e creditação e validação por parte do LPC da PJ. Os formadores e técnicos têm que ser creditados, porque consta na LIJ que só pessoas certificadas podem fazer recolha de vestígios de amostras-problema. Houve necessidade de criar em conjunto com a PSP e a PJ a reestruturação dos cursos de Lofoscopia”.</p>

E3	<p>- “(...)novos procedimentos tiveram que ser assimilados e adotados”.</p> <p>- “Os procedimentos tiveram que ser ajustados, assegurando sempre a legalidade de todas as ações em sede de atividade e serviço operacional”.</p> <p>- “Os direitos do arguido têm que ser defendidos”.</p>	<p>- “Todos estamos sujeitos ao dever de Zelo, obrigando-nos a conhecer enquanto OPC da Lei em geral. Como tal, novos procedimentos tiveram que ser assimilados e adotados”.</p> <p>- “Os procedimentos tiveram que ser ajustados, assegurando sempre a legalidade de todas as ações em sede de atividade e serviço operacional”.</p> <p>- “Admito a utilização de meios diferenciados, nunca contrariando a Lei. Os Direitos do Arguido têm que ser defendidos, havendo uma compatibilidade maior entre os militares da GNR mais particularmente operacionais da Lofoscopia e a própria Lei”.</p>
E4	<p>- “(...)ao nível da formação são claras (...) pelo que a GNR terá de articular de forma a que os seus elementos (...)tenham acesso à citada formação”.</p> <p>- “O expediente e os procedimentos terão de ser articulados de forma a estarem perfeitamente protocolados com todas as forças e serviços e segurança, nomeadamente ao nível da Informação ao Visado”.</p>	<p>- “As implicações desta nova LIJ ao nível da formação são claras, pois o artigo 17.º da LIJ estipula que a formação e certificação será dada pelo LPC, pelo que a GNR terá de articular de forma a que os seus elementos, falamos dos recursos humanos, designadamente os operacionais responsáveis por essa área específica tenham acesso à citada formação”.</p> <p>- “O expediente e os procedimentos terão de ser articulados de forma a estarem perfeitamente protocolados com todas as forças e serviços e segurança, nomeadamente ao nível da Informação ao Visado, bem como os serviços de identificação criminal, como decorre do artigo 7.º, n.º 7 e 8, da LIJ, não esquecendo como é óbvio a cooperação internacional, afinal a LIJ nasce do Tratado de Prüm.</p>
E5	<p>- “(...)a LIJ veio alterar procedimentos (...)”.</p> <p>- “Houve alterações profundas fundamentais (...) neste momento não fazemos nada fora do âmbito da LIJ”.</p> <p>- “(...) isto não é bem aceite (...) uma vez que dificulta muito o trabalho destes”.</p> <p>- “(...)acima de tudo está o princípio da legalidade para ser cumprido”.</p> <p>- “(...)não se deixa de fazer uma perícia (...) porque o regime jurídico se alterou. O que a LIJ tem são outros contornos legais, nomeadamente um despacho prévio de uma AJ.</p>	<p>- “Esta questão é muito pertinente, na medida em que a LIJ veio alterar procedimentos. Aliás essa alteração de procedimentos decorre de um grupo de trabalho conjunto que inclui os três OPC’s de competência genérica”.</p> <p>- “Houve alterações profundas fundamentais no âmbito desta Lei. Nós neste momento não fazemos nenhuma perícia lofoscópica fora do âmbito da LIJ”.</p> <p>- “Claramente que isto não é bem aceite pelos operacionais que estão no terreno, uma vez que dificulta muito o trabalho destes. Contudo, os profissionais da IC e da Lofoscopia têm que entender que acima de tudo está o princípio da Legalidade para ser cumprido. As coisas mudaram, e mudaram também os procedimentos em função disso. Isto porque não se deixa de fazer uma perícia hoje em dia porque o regime jurídico se alterou. O que a LIJ tem são outros contornos legais, nomeadamente um despacho prévio de uma AJ para que sejam realizadas as perícias. Mas para esta e como para todas as outras áreas e Meios de Obtenção de Prova. Nós (técnicos de Lofoscopia) estávamos era habituados a que não fosse necessário Despacho.</p>

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à análise e discussão da questão nº 4, exposta no Quadro nº 4 supra indicado, aprez-nos tecer uma série de observações.

Primeiro, todos os entrevistados referem que houve uma necessidade de alterar os procedimentos dos militares no terreno. Isto é, por força da Lei de Identificação Judiciária e de forma a não incorrer numa ilegalidade ou numa obtenção ilegal de um meio de prova, os procedimentos tiveram que ser ajustados em conformidade.

Neste sentido, os entrevistados E2 e E5 referem ainda os grupos de trabalho conjuntos entre os OPC de competência genérica, GNR, PJ e PSP, na medida em que estes moveram esforços no sentido de tornar atuais e legítimos (à luz da recente LIJ) os procedimentos dos operacionais destas áreas nas respetivas Forças de Segurança.

E1, E2 e E4 destacam ao nível do expediente, o consentimento do visado/arguido e respetiva Informação ao Visado, onde contém os pressupostos legais, procedimentais e objetivos da ação a que se sujeita, colocando o ónus da mesma no visado, o que é prejudicial se este não consentir. Todos os entrevistados destacam a obrigatoriedade do Despacho Judicial como uma alteração de expediente e de procedimentos no terreno.

Podemos destacar também, de acordo com E1, E2, E4 e E5 que as diligências realizadas no âmbito da recolha de amostras-problema e amostras-referência são feitas de acordo com a Lei de Identificação Judiciária, e como tal, só se devem realizar, quando legalmente previsto e autorizado, incorrendo-se em ilegalidade ou nulidade do meio de obtenção de prova quando sair do âmbito da Lei de Identificação Judiciária.

4.1.5. Apresentação, análise e discussão da questão nº5

Quadro 5 – Análise das respostas à questão nº 5

<p>Questão nº 5</p> <p><i>“Qual a relação da aprovação e implementação da Lei e os impactos na atividade operacional da GNR?”</i></p>		
	Resposta	Argumentação
E1	<p>-“(…) veio restringir o acesso destes ou potencial acesso a dados que agora deixaram de ter.</p> <p>- “voltamos à dicotomia privacidade/segurança”.</p>	<p>- “O feedback que tenho dos meus técnicos é que esta LIJ veio restringir o acesso destes ou potencial acesso a dados que agora deixaram de ter.</p> <p>Não quer dizer que não se criem mecanismos que permitam ficar melhor que no passado, mas neste momento não.</p> <p>O impacto em termos práticos – e acredito que a adaptação já foi feita – é que voltamos sempre à dicotomia privacidade/segurança, veja-se por exemplo a videovigilância”.</p>

	<p>-“Depende muito da comunicação que fazemos entre OPC, APC e AJ”.</p> <p>-“O tribunal vai sempre apoiar-nos (...) daquele lado vou ter sempre defesa e apoio”.</p>	<p>- “O tribunal Lisboa Comarca Oeste, é o 2º maior tribunal do país. Felizmente temos uma relação entre GNR e Magistrados de confiança muito grande. Quer isto dizer que dificilmente eu vou contra uma decisão destas entidades, até porque se houver uma decisão que eu não concordo, falo diretamente com eles. Todas as decisões que vêm “de cima” eu despacho em concordância para os meus militares, porque são eles que tutelam e conduzem as investigações, auxiliados por nós. Depende muito da comunicação que fazemos entre OPC, APC e AJ”.</p> <p>- “O tribunal vai sempre apoiar-nos. Mesmo que haja um erro, e que eu assinie de acordo com esse erro, daquele lado vou ter sempre defesa e apoio uma vez que há muita confiança dos dois lados.</p>
E2	<p>-“ Não havendo forma de comparar vestígios recolhidos em cenas de crime e dificuldade em realizar resenhas – e muitas das vezes mesmo em flagrante delito os indivíduos acabam por não ser resenhados”.</p> <p>-“(…) o número de identificados tende a diminuir, o que pode ser perigoso para a segurança interna”.</p> <p>- “o facto do Procurador despachar positivamente para ser resenhado está dependente de existir uma boa exposição dos factos por parte da GNR”.</p> <p>- “(…)num espaço temporal de 6 anos, uma mera recolha de amostras-referência conseguiu identificar uma pessoa e associá-la à autoria de um crime.</p>	<p>- “Não havendo forma de comparar vestígios recolhidos em cenas de crime e dificuldade em realizar resenhas – e muitas das vezes mesmo em flagrante delito os indivíduos acabam por não ser resenhados – não havendo matéria-prima (amostras-referências) o número de identificados tende a diminuir, o que pode ser perigoso para a segurança interna”.</p> <p>- “A forma como os factos são expostos aos procuradores limita a realização do Despacho. Se o investigador conseguir demonstrar ao procurador que o indivíduo é suspeito da prática daqueles factos, tendo sido recolhidos amostras-problema, que após serem inseridos no AFIS, continuam por identificar, e se os nossos investigadores fazerem chegar junto do MP através de relatórios, na fase de inquérito, o procurador fica ciente que é importante. Portanto o facto do Procurador despachar positivamente para ser resenhado está dependente de existir uma boa exposição dos factos por parte da GNR”.</p> <p>- “Fizemos 4 identificados, de exame inseridos no FCDL em 2013, que as resenhas foram feitas em Janeiro 2019, posteriormente inseridas no sistema em fevereiro, e assim que foram inseridas no sistema associaram os indivíduos a quatro situações. Num espaço temporal de 6 anos, uma mera recolha de amostras-referência conseguiu identificar uma pessoa e associá-la à autoria de um crime.</p>
E3	<p>-“(…)diminuição de amostras-problema e amostras-referência”.</p> <p>- “(…)consentimento livre e expresso do arguido (...)”.</p> <p>- “(…)diminuem as situações e consequentemente os números de amostras-referência no FCDL”.</p> <p>- “(…)quando o arguido se recusasse às diligências, fosse incumbido num crime</p>	<p>- “Os maiores impactos numa perspetiva policial diria a diminuição de amostras-problema e amostras-referência. Se quisermos ser transparentes e dar cumprimento à Lei temos que ter um consentimento livre e expresso do Arguido, porque não podemos de todo obter uma prova ou MOP através de coação ou tortura, que nos está completamente vedado, naturalmente. Isto faz com que se diminuem as situações e consequentemente, os números de resenhas, e amostras-referência no FCDL.”.</p> <p>- “Para ultrapassar isto, devia haver uma norma que quando o Arguido se recusasse a fazer o cliché ou recolha de impressões digitais, fosse incumbido num crime de desobediência ou outra sanção acessória”.</p> <p>- “Seria dúbio e perigoso, na medida em que estaríamos como que a dizer ao Arguido que se não colaborar consentindo a recolha e cliché fotográfico está a</p>

	de desobediência ou outra sanção acessória”.	incorrer numa desobediência, mas se o fizer contribui para a sua autoincriminação, mais pesada ou não.
E4	<p>- “(...)aprovação e a implementação da LIJ, terá impactos na atividade operacional da GNR”.</p> <p>- “(...)alocar mais recursos para a realização desta atividade (...) tão importante para a efetivação da segurança interna”.</p> <p>- “(...)aquisição de recursos específicos para que a realização da LIJ seja realizada”.</p> <p>- “(...)proteção dos dados pessoais do FCDL”</p>	<p>- “É seguro, pensamos nós, afirmar que a aprovação e a implementação da LIJ, terá impactos na atividade operacional da GNR”.</p> <p>- “É claro que esta força de segurança terá de alocar mais recursos humanos para a realização esta atividade específica e tão importante para a efetivação da segurança interna, como igualmente na aquisição de recursos específicos para que a realização da LIJ seja realizada”.</p> <p>- “(...) é o caso de aparelhos para a recolha das impressões lofoscópicas, máquinas fotográficas para a realização da fotografia técnico policial de identificação, bem como software e hardware que promova a necessária proteção dos dados pessoais desta base de dados específica que é o FCDL conforme estipulado pelo legislador no artigo 10.º da LIJ”.</p>
E5	<p>- “(...), o técnico de inspeção judiciária está muito mais salvaguardado na sua atividade”.</p> <p>- “(...)Tem um regime a suportá-lo,</p> <p>- “o titular da ação penal (...)despacha para que se realizem estas perícias (...) neste racional a investigação não é prejudicada. Pode haver um hiato temporal um pouco maior”.</p> <p>- “(...) a grande maioria dos Procuradores concordam com a interpretação que nós, OPC fazemos à Lei”.</p>	<p>- “Encaro esta questão de uma forma muito positiva. Tenho-a defendido muito em fóruns. Primeiro, o técnico de inspeção judiciária está muito mais salvaguardado na sua atividade. Isto é, não está inseguro daquilo que está a fazer. Tem um regime a suportá-lo, o que é uma vantagem”.</p> <p>- “O titular da ação penal é que sabe da necessidade de uma determinada perícia se realizar numa determinada investigação. E neste sentido, quando sente necessário, despacha para que se realizem esta perícias. A partir desse momento a perícia é feita, e neste racional a investigação não é prejudicada. Pode haver um hiato temporal um pouco maior, mas é uma questão de afinar a operacionalização do sistema”.</p> <p>- “Vejo com muito agrado que a grande maioria dos Procuradores concordam com a interpretação que nós, OPC fazemos à Lei”.</p>

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito à questão nº 5, vertidas as respostas e argumentações no Quadro nº 5, podemos retirar como resultados que segundo todos os entrevistados, existem implicações para o serviço operacional derivadas da aprovação e implementação da Lei de Identificação Judiciária. De acordo com E1 e E5, a maneira como os factos são expostos ao titular do inquérito condiciona a probabilidade da AJ assinar despacho judicial.

Ainda, extrai-se que E1, E2 e E3 consideram uma vez mais que existem implicações para a atividade operacional da GNR na ótica da quantidade de resultados, que decrescerá.

E4 afirma, ainda que de forma individual – contudo concordamos com este resultado, que consideramos ser bastante atual e pertinente – que a GNR terá que alocar como implicações para a atividade operacional mais recursos humanos na área da identificação judiciária, bem como de recursos materiais e financeiros na garantia do cumprimento de disposições legais da Lei de Identificação Judiciária – veja-se por exemplo, a proteção dos dados recolhidos em diligência e inseridos no FCDL.

4.2. Análise dos inquéritos por entrevista – Grupo B

4.2.1. Introdução

Conforme referido no Capítulo 3 anterior, *Metodologia*, o elemento que constitui o Grupo B é a Exma. Sra. Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Procuradoria da Comarca de Lisboa Oeste, Dra. Luísa Verdasca Sobral (E6). Decidimos destacar este elemento como uma amostra isolada no seio da população dos atores das Forças e Serviços de Segurança, mas que o seu contributo em muito dignifica e acrescenta valor a esta investigação, não só pela Comarca que representa ser das maiores a nível nacional, como também pela experiência que tem em matérias de investigação criminal por força de outra habilitação funcional que também possuiu e frequentou como Auditora de Defesa Nacional.

Assim sendo, não seria lógico fazer uma entrevista estruturada ou semiestruturada que tivesse perguntas em que o foco fosse diretamente a Guarda Nacional Republicana, conforme realizado para o Grupo A.

Em reunião presencial com a Exma. Dra. Luísa Verdasca Sobral, foi decidido pelas duas partes que uma entrevista mais indireta, menos formal e de carácter mais subjetivo seria a melhor forma do entrevistador conseguir captar as opiniões da entrevistada, para posterior análise e interseção desses mesmos dados com a investigação científica em curso, uma vez que está indiretamente relacionado com as temáticas abordadas no Grupo B, por força do disposto ao longo desta investigação.

Note-se que, a captação destes dados não foi realizada mediante a utilização de qualquer aparelho eletrónico de captação de som e/ou imagem. Assim sendo a, o Quadro nº 6 apresentado de seguida, reflete os dados obtidos desta entrevista não estruturada.

4.2.2. Tópico “Da origem da Lei de Identificação Judiciária”

Quadro 6 – Análise das respostas ao tópico “Da origem da Lei de Identificação Judiciária”

E6	Tópico 1 <i>Da origem da Lei de Identificação Judiciária</i>
	Respostas
	<ul style="list-style-type: none">- “A própria Lei de Identificação Judiciária remete-nos para as Decisões 2008/615/JAI, veja-se no Tratado de Prüm a preocupação com o terrorismo, criminalidade transfronteiriça e a cooperação internacional no âmbito do combate a estes fenómenos”.- “No panorama nacional, esta Lei visa essencialmente a recolha, o tratamento e a comparação de impressões digitais, com o objetivo de identificar determinado indivíduo”.- “Esta Lei de Identificação Judiciária, por falta de regulação nacional nesta matéria, mostrou-se necessária (é benéfico para a investigação criminal), determinante (agentes do crime são responsabilizados) e cooperativa (estreita cooperação entre OPC e as AJ).- “Os interesses públicos em conflito – Prevenção, Repressão e Investigação – são ponderados com Direitos do Arguido – Não autoincriminação e Reserva da vida privada. Também há aqui questões muito pertinentes no campo dos Direitos Fundamentais”.- “Uma vez que deriva de Prüm tem que se salvaguardar os Direitos de Personalidade”.- “Hoje em dia não se pode analisar uma lei apenas no âmbito da investigação criminal. No âmbito da Segurança e do interesse público da Prevenção, Investigação e Repressão (princípios base da Segurança Interna) existem princípios que prevalecem, nomeadamente no que concerne ao Terrorismo, o Princípio da Autoincriminação”.- “A Segurança Interna, do Estado e dos cidadãos está na base do Estado de Direito Democrático”.

Fonte: Elaboração Própria

Da análise deste tópico “Da origem da Lei de Identificação Judiciária”, existem vários raciais a retirar.

Este diploma surge na sequência das Decisões 2008/615/JAI, logo deriva também do Tratado de Prüm, uma vez que são levantadas as preocupações da cooperação internacional no âmbito do combate ao terrorismo e criminalidade transfronteiriça.

Do ponto de vista nacional, esta Lei visa essencialmente regular a recolha, tratamento e comparação de impressões digitais – algo inédito ao nível da regulação normativa, até então – com o objetivo claro de identificar pessoas.

Por falta de regulação nestas matérias, a Lei de Identificação Judiciária revelou-se necessária, determinante e cooperativa. Isto na medida em que é benéfica para a investigação criminal, os agentes dos crimes são responsabilizados, e prevê uma cooperação entre os Órgãos de Polícia Criminal e as Autoridades Judiciárias.

Estamos aqui perante alguns interesses públicos em conflito, nomeadamente da Prevenção, Repressão e Investigação – que agora com a Lei nº 67/2017, de 9 de agosto

são ponderados com direitos do arguido – como o da não autoincriminação e da reserva da vida privada, por exemplo. São questões pertinentes levantadas e previstas no campo dos direitos fundamentais, até então esquecidas.

Se há direitos do arguido que prevalecem, também há situações pontuais em que o oposto se verifica. Fala-se do caso do terrorismo, em que existe o princípio da autoincriminação, na medida em que deve convergir para a persecução dos já referidos interesses público da Prevenção, Repressão e Investigação.

Conclui-se esta análise ao tópico em questão com a segurança interna, do Estado e dos seus cidadãos está na base do Estado de direito democrático.

4.2.3. Tópico “Análise do diploma legal”

Quadro 7 – Análise das respostas ao tópico “Análise do diploma legal”

E6	Tópico 2 <i>Análise do diploma legal</i>
Respostas	
<p>- “Na criação desta Lei, a figura do legislador sufragou muitos conteúdos estratégicos consignados nos Pareceres de entidades externas. Houve uma preparação do diploma através da Comissão para os Assuntos de Direitos, Liberdades e Garantias.</p> <p>A exposição de motivos que está na base a Lei nº 67/2017, de 9 de agosto é um elemento de estudo da maior relevância.</p> <p>- “Existem algumas entropias na recolha dos dados, nomeadamente pela indefinição dos arts.º 3º e 4º da Lei de Identificação Judiciária”. Se por um lado o art.º 3 do diploma condiciona os OPC a munirem-se previamente de um despacho judicial para a realização de identificação judiciária a arguidos constituído em processo-crime, por outro o legislador no artº 4 do mesmo diploma prevê que a recolha de amostras-referência [...] seja feita por pessoal certificado para o efeito e tem lugar por determinação da autoridade judiciária ou da autoridade de polícia criminal à qual a investigação se encontre delegada, após constituição de arguido, com exceção da circunstância referida na alínea d) do n.º 1 do artigo anterior, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 257.º do Código de Processo Penal. A aplicação conjugada do disposto nos artº 3º e 4º do Diploma (aparentemente contraditórios) afigura-nos complexa, e a exigir clarificação/correção do dispositivo legal, com vista a promover a desejada eficácia do mesmo.</p>	

Fonte: Elaboração Própria

No âmbito da análise deste diploma legal, a Comissão para os Assuntos, Direitos, Liberdades e Garantias teve um papel preponderante, ao solicitar pareceres a outras entidades externas sobre propostas de melhoria ao Projeto de Lei que antecedeu à Lei nº67/2017. A questão que se coloca é que a alteração ao Projeto de Lei originou entropias na recolha dos dados, mais concretamente ao nível dos Arts.º 4º e 3º da Lei de

Identificação Judiciária. E6 acrescenta ainda que não fica claro com o disposto na Lei o que considera o legislador como elementos lofoscópicos. A barreira entre identificação judiciária e amostras-referência é pouco esbatida, levantando dúvidas.

No nº 1 do Art.º4, o legislador interpõe condicionantes aos Órgãos de Polícia Criminal, na medida em que não podem efetuar a identificação judiciária legalmente prevista num arguido, aquando do momento da figura da constituição de arguido, sem o agora necessário despacho judicial. O que se torna dúbio e frágil na própria Lei é desde logo a razão para o legislador considerar a competência de uma Autoridade de Polícia Criminal para efetuar as autorizações equivalentes ao despacho judicial, conforme disposto no Art.º 4º. Se é sempre preciso um despacho judicial, porque razão se assume a possibilidade da determinação de uma APC na recolha de amostras-referência?

4.2.4. Tópico “A legística do diploma”

Quadro 8 – Análise das respostas ao tópico “A legística do diploma”

E6	Tópico 3 <i>A legística do diploma</i>
Respostas	
<p>- “As Autoridades policiais manifestaram a necessidade de uma clarificação/correção do dispositivo legal, com vista a promover a desejada eficácia do mesmo e evitar situações de nulidade do Meio de Obtenção de Prova.</p> <p>Neste contexto foi proferido, no âmbito da comarca de Lisboa Oeste o despacho 10/2018 da Procuradoria da Comarca Lisboa Oeste sobre a problemática da aplicação da Lei n.º 67/2017, de 9 de Agosto, particularmente no âmbito da actividade de investigação criminal, no sentido da determinação dos agentes do crime e respetivas responsabilidades, quanto à elaboração de amostras-referência quando da detenção de cidadãos.</p> <p>Matéria que foi objecto de análise e reflexão conjunta pelo D.I.A.P. da comarca de Lisboa Oeste, tendo-se alcançado e adotado o seguinte entendimento :</p> <p><i>“Define-se no artigo 3.º da Lei n.º 67/2017, de 9 de Agosto, quem se encontra sujeito a identificação judiciária, entendendo-se como tal o processo de recolha, tratamento e comparação de elementos lofoscópicos e fotográficos, visando estabelecer a identidade de determinado indivíduo, cfr. artigo 2º, al.) f), desse diploma, devendo sê-los os indivíduos, no que ora releva:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>a) constituídos arguidos em processo-crime: (i) quando existam dúvidas quanto à sua identidade; ou (ii) na sequência de aplicação de medida de coacção privativa de liberdade; ou (iii) mediante despacho judicial, ponderadas as necessidades de prova;</i> <i>b) condenados em processo-crime;</i> <i>c) inimputáveis a quem tenha sido aplicada medida de segurança;</i> <i>d) suspeitos, nos termos do n.º 1 do artigo 250.º do Código de Processo Penal, que não sejam portadores de documento de identificação, não possam identificar-se por qualquer dos meios previstos nos n.º 3, 4 e 5 daquele artigo, ou recusem identificar-se perante autoridades ou órgãos de polícia criminal, nos termos aí prescritos.</i> 	

Dispõe, depois, o artigo 4º da Lei n.º 67/2017 que a recolha de amostras é feita por pessoal certificado para o efeito e tem lugar por determinação da autoridade judiciária ou da autoridade de polícia criminal à qual a investigação se encontre delegada, após constituição de arguido, com exceção da circunstância referida na alínea d) do n.º 1 do artigo anterior, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 257.º do Código de Processo Penal.

Do cotejo destas disposições legais parece resultar que a recolha de amostras-referência (as impressões dactiloscópicas) aos indivíduos constituídos arguidos em processo-crime (quando existam dúvidas quanto à sua identidade ou na sequência de aplicação de medida de coacção privativa de liberdade ou mediante despacho judicial, ponderadas as necessidades de prova), condenados em processo-crime e inimputáveis a quem tenha sido aplicada medida de segurança, é feita por determinação da autoridade judiciária ou, quando não for possível, dada a situação de urgência e de perigo na demora, esperar pela intervenção daquela, da autoridade de polícia criminal à qual a investigação se encontre delegada”;

*- “Tratando-se de **suspeitos** (qualquer pessoa encontrada em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, sempre que sobre ela recaiam fundadas suspeitas da prática de crimes, da pendência de processo de extradição ou de expulsão, de que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou de haver contra si mandado de detenção, cfr. artigo 250.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), que se encontrem no condicionalismo descrito na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 67/2017, ou seja, que i) não sejam portadores de documento de identificação, ii) não possam identificar-se por qualquer dos meios previstos nos n.º 3, 4 e 5 do artigo 250.º do C.P.P., iii) ou recusem identificar-se perante autoridades ou órgãos de polícia criminal), o procedimento a seguir já será o previsto neste artigo 250.º do Código de Processo Penal, enquanto medida cautelar e de polícia, cfr. designadamente o n.º 6 deste artigo 250.º (na impossibilidade de identificação nos termos dos n.º 3, 4 e 5, os órgãos de polícia criminal podem conduzir o suspeito ao posto policial mais próximo e compeli-lo a permanecer ali pelo tempo estritamente indispensável à identificação, em caso algum superior a seis horas, realizando, em caso de necessidade, provas dactiloscópicas, fotográficas ou de natureza análoga...)”.*

Fonte: Elaboração Própria

Sobre o tópico da legística do diploma, existem várias figuras que se tornam esclarecidas, no entender de E6.

Apesar de haver OPC, APC e até AJ que tenham receio de, no exercício das suas funções, incorrerem numa eventual ilegalidade, para E6 não existe necessidade de um despacho judicial, no que concerne ao n.º 1 do Art.º 3º da Lei de Identificação Judiciária. Isto porque ao se introduzir a expressão “ou”, que é em termos de interpretação do direito, alternativa e não cumulativa como a expressão “e”, permite-se optar pela figura que segue o “ou”, que é a possibilidade de sujeitar a identificação judiciária indivíduos constituídos em processos-crime em duas situações distintas: a primeira verifica-se quando existem dúvidas quanto à identidade desse mesmo arguido, e a segunda, na sequência de aplicação de medida de coacção privativa da liberdade.

Como tal, na opinião de E6, sustentada devidamente, pode-se efetuar a identificação judiciária em indivíduos no ato da constituição de arguido, por parte de Órgãos de Polícia Criminal, quando existirem dúvidas quanto à sua identidade.

Ainda nesta ótica, mas não tão permissiva, temos a figura jurídica do n.º 1, Art.º 4º, onde se prevê que uma Autoridade de Polícia Criminal possa validar uma realização de identificação judiciária, mediante a situação. Mas que no desiderato de E6, é uma figura que deve ser também explorada.

4.2.5. Tópico “Implicações para os Órgãos de Polícia Criminal”

Quadro 9 – Análise das respostas ao tópico “Implicações para os Órgãos de Polícia Criminal”

E6	Tópico 4 <i>Implicações para os Órgãos de Polícia Criminal</i>
Respostas	
<p>- “As normas contidas Lei n.º 67/2017, de 9 de Agosto asseguram e garantem os Direitos, Liberdades e Garantias dos cidadãos e os OPC encontram-se vinculados à sua aplicação, o que garante maior eficácia para a investigação criminal. Por outro lado, existe uma maior segurança jurídica dos OPC, uma vez que estão salvaguardados pelas Autoridades Judiciárias quando determinam e decidem a realização da recolha da identificação judiciária”.</p> <p>- “Considero que ate à clarificação interpretativa do artº 3 e artº 4 do diploma, existirá um decréscimo do número de recolha de amostras-referência entendidas como <i>impressões lofoscópicas, ou seja, as impressões digitais ou palmares, recolhidas de uma pessoa de identidade conhecida, correspondentes ao desenho formado pelas linhas papilares dos dedos e das palmas das mãos, cfr. artigo 2º, al.) b), daquele diploma</i>”.</p> <p>- “As resenhas são munições importantíssimas para o combate à criminalidade”.</p>	

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à análise do tópico “Implicações para os Órgãos de Polícia Criminal”, E6, ou seja, o Grupo B de entrevistados concorre em muito para o que ficou implícito da análise e discussão dos resultados obtidos no Grupo A.

E6 afirma que os Órgãos de Polícia Criminal estão agora condicionados, por força da própria Lei de Identificação Judiciária, na medida em que estão previstos pressupostos que limitam e defendem os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados.

No entanto, E6 não considera esta situação de todo prejudicial, uma vez que estes estão salvaguardados pelas Autoridades Judiciárias quando realizam a identificação judiciária mediante um despacho judicial, e, noutro escopo, contribui-se para o garante que o Estado deve dar aos seus cidadãos no âmbito do disponibilizar e garantir direitos e princípios fundamentais.

Destaca-se ainda dos resultados desta entrevista que, para E6, vão-se passar a realizar cada vez um número menor de identificações judiciais e amostras-referência, comparativamente ao período pré-Lei de Identificação Judiciária, ressalvando ainda que as amostras-referência são como que uma munição de carácter extremamente importante no combate à criminalidade.

4.2.6. Tópico “Análise SWOT à Lei”

Quadro 10 – Análise das respostas ao tópico “Análise SWOT à Lei”

E6	Tópico 5 <i>Análise SWOT à Lei</i>
Respostas	
<ul style="list-style-type: none"> - “Em termos dos Pontos Fortes desta Lei, destaco a adaptação à Ordem Jurídica comunitária, os filtros no âmbito da Identificação Judiciária, e a Segurança jurídica dos Órgãos de Polícia Criminal”. - “Relativamente aos Pontos Fracos, destaco a incoerência legislativa das normas, no nº1 do Art.º 3º e no nº1 do Art.º 4º da Lei de Identificação Judiciária”. - “Como Oportunidades de Melhoria, é urgente uma alteração legislativa, das normas do diploma, no sentido de melhor clarificação no âmbito desta temática”. -“Enquanto Ameaças, existe uma dificuldade interpretativa deste diploma, que é uma ameaça à sua operacionalidade ao determinar uma diminuição significativa das amostras-referência, Meio de Obtenção de Prova fundamental e indispensável. 	

Fonte: Elaboração Própria

Como pontos fortes da Lei de Identificação Judiciária, E6 destaca a harmonização com o ordenamento jurídico internacional e a segurança jurídica dos Órgãos de Polícia Criminal que realizam a identificação judicial.

No que aos pontos fracos diz respeito, salienta E6 a incoerência legislativa das normas constantes no Art.º 3º, nº 1 e ainda no Art.º 4º, nº 1 da referida Lei.

Relativamente a potenciais oportunidades de melhoria em relação a esta Lei, destaca a necessidade urgente de uma alteração legislativa, clarificadora, que permita uma coerência sistemática e conceptual entre normas.

Do ponto de vista das ameaças, a dificuldade interpretativa deste diploma é para E6 uma ameaça à sua própria operacionalidade, na medida em que determina uma redução significativa das amostras-referência realizadas, que considera ser um Meio de Obtenção de Prova fundamental e indispensável.

4.3. Matriz SWOT

Realizada a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos mediante os inquéritos por entrevista do Grupo A e B, propomos uma matriz SWOT⁷.

Tabela 1 - Matriz SWOT

Pontos Fortes (Strenghts)	Pontos Fracos (Weaknesses)
<ul style="list-style-type: none">• Segurança jurídica dos operacionais;• Harmonização com o ordenamento jurídico internacional;• Creditação dos técnicos;• Regulação ao nível nacional da identificação judiciária;• Extensão da Identificação Judiciária a inimputáveis.	<ul style="list-style-type: none">• Baixa produtividade;• Diminuição considerável do número de amostras-referência;• Lei versa essencialmente sobre o desconhecimento da identidade do visado;• Não se considera a reincidência;• Mecanismo de identificação judiciária assenta pouco nos OPC e remete demasiado para as AJ;• Consentimento coloca ónus da identificação judiciária no arguido;• Ausência da criação de um Ficheiro Central de Fotografias Técnico-políciais de Identificação.
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)

⁷ SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*. Sigla inglesa para Pontos fortes, Pontos fracos, Oportunidades de melhoria e Ameaças.

<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar procedimentos internos; • Alteração legislativa clarificadora e coerente sistemática e conceptualmente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade interpretativa da Lei;
---	--

Fonte: Elaboração Própria

Feita a análise da Matriz SWOT – *Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats* à implementação desta Lei de Identificação Judiciária e as suas implicações para o serviço operacional da GNR, destacamos várias particularidades.

Como pontos fortes (*Strenghts*), destaca-se a segurança jurídica dos operacionais que realizam esta identificação judiciária, por força da existência de base legal e despacho judicial que outrora não existia. A génese por detrás desta Lei e a sua conceção contribuem para uma harmonização com o restante ordenamento jurídico internacional nesta temática, nomeadamente o europeu nos termos dos Acordos de Prüm.

Os técnicos autorizados a praticar esta Lei estão agora creditados para o efeito, algo inédito e vantajoso. A extensão da identificação judiciária a indivíduos inimputáveis a quem tenha sido aplicada uma medida de segurança é uma novidade e inovação de relevo neste âmbito, uma vez que não se limitou a identificação judiciária aos arguidos.

No que diz respeito aos pontos fracos (*weaknesses*), destaca-se a baixa produtividade, uma vez que há ativos na GNR profissionais e com muita experiência nesta temática que vêm as suas ações profissionais impedidas por força da recente Lei, o que é algo negativo e prejudicial. O enorme decréscimo registado ao nível dos números de amostras-referência realizadas é um ponto negativo, uma vez que quantas mais existirem, maior é a probabilidade de associar uma amostra-problema a uma amostra-referência, que é em tudo benéfico para a descoberta da verdade material de um crime.

A Lei versa essencialmente sobre o desconhecimento da identidade de um indivíduo, implicando, de uma forma clara e inequívoca, que quem estiver munido de um documento de identificação válido e supostamente legítimo se presume plenamente identificado, o que demonstra que o legislador não teve como figura central a reincidência, mas tão só uma cooperação internacional de dados lofoscópicos, o que torna este diploma jurídico extremamente árido para as pretensões das Forças e Serviços de Segurança.

A figura do consentimento é um claro ponto fraco, na medida em que mediante a entrega da Informação ao Visado, prevista nos nº2 do Art.º 4 da LIJ, o consentimento livre, sério e esclarecido pode em nada ser relevante se o arguido recusar ou não consentir a diligência, o que coloca em crise a autoridade de uma APC e de uma AJ. A ausência da previsão de um Ficheiro Central de Fotografias Técnico-policiais de identificação é como que inglória, e acaba por ser quase que acessória quando tem uma potencialidade tremenda na descoberta da verdade material.

Como oportunidades de melhoria (*Opportunities*), destacam-se a melhoria dos procedimentos internos, isto é, da sinergia em torno desta temática de modo a tentar melhorar os resultados e procedimentos com vista a uma maior eficácia e eficiência nos termos desta Lei. Considera-se também fundamental e urgente a necessidade de haver uma alteração legislativa clarificadora, com uma coerência sistemática e conceptual ao nível da legística, do encadeamento de ideias e da operacionalização da identificação judiciária.

Como ameaças (*Threats*), consideramos uma ameaça que tem um carácter transversal e ao mesmo tempo múltiplo: a dificuldade interpretativa deste diploma é uma enorme ameaça à operacionalização da própria Lei de Identificação Judiciária, aos seus técnicos e Autoridades Judiciárias, e ainda à obtenção de meios de prova.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesta fase final do presente trabalho, são apresentadas as conclusões e recomendações que se consideram importantes de ressaltar e tecer, tendo em consideração o percurso temporal, espacial e racional deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada.

É então nesta fase que é exposta uma reflexão final, pertinente e construtiva sobre a temática investigada, considerando a análise documental realizada bem como os resultados obtidos. Como tal, numa primeira fase, são respondidas as perguntas derivadas de maneira a contribuir para a conceção de uma resposta à pergunta de partida, respondida seguidamente. Após esta fase, faz-se a confirmação do objetivo geral definido inicialmente, bem como dos objetivos específicos que deste decorrem. Numa fase final, são expostas as limitações deparadas ao longo do trabalho e sugeridas melhorias para futuras investigações.

Relativamente à **PD1: “Qual é o quadro legal no âmbito da Lei de Identificação Judiciária a nível nacional e europeu?”**, concluiu-se que o quadro legal que contribui para esta Lei de Identificação Judiciária é, ao nível nacional a Constituição da República Portuguesa, o Código Processual Penal, a Lei de Organização da Investigação Criminal, a Lei de Segurança Interna e todos os diplomas legais que tais como estes acima mencionados abordam a temática da segurança, da liberdade, dos direitos liberdades e garantias e implicitamente normas que versem sobre a temática da investigação criminal interligada com estes conceitos fundamentais no âmbito da identificação judiciária. Além de que os pareceres externos como os da CNPD, CADLG, OA foram fundamentais em orientar a Assembleia da República no processo de criação desta Lei de Identificação Judiciária.

No panorama europeu, a base ideológica da Lei de Identificação Judiciária manifestou-se como sendo as Decisões JAI do Conselho da União Europeia, nomeadamente a Decisão 2008/615/JAI e Decisão 2008/616/JAI. Estas decorrem também do Tratado de Prüm, o qual é o grande palanque dos ideais vertidos na conceção da Lei de Identificação Judiciária, na medida da cooperação internacional para o combate à criminalidade organizada transfronteiriça e para a prevenção e combate ao fenómeno terrorista na Europa.

No que concerne à **PD2: “De que forma tem evoluído a estrutura e atividade operacional da GNR no âmbito da Lei de Identificação Judiciária?”**, concluímos que do ponto de vista da estrutura da GNR no âmbito da Lei de Identificação Judiciária manteve-se inalterada desde a implementação deste diploma legal, isto é, não teve qualquer tipo de incidência ou necessidade de alterar essa mesma estrutura.

Verificou-se esta situação uma vez que, quer na vertente operativa, quer na analítica não houve quaisquer mudanças. No que é respeitante à evolução da atividade operacional da GNR no âmbito da Lei de Identificação Judiciária, conclui-se que a atividade operacional, ao nível do número de amostras-referência realizadas diminuiu, mantendo-se o número de crimes detetados pela GNR minimamente constante, muito por força dos constrangimentos da própria Lei de Identificação Judiciária.

Concluímos ainda que as dicotomias entre direitos, liberdades e garantias são uma restrição na atividade operacional, por suscitarem dúvidas em quem detém as competências de realizar Despacho Judicial para que se obtenham as amostras-referência, contribuindo negativamente para a causa quantitativa do número de identificados decrescente desde a vigência da Lei de Identificação Judiciária. Assinala-se ainda o facto de que se não existir uma clarificação da Lei num futuro breve, num curto espaço de tempo o número de amostras-referência em FCDL suscetíveis de comparação será residual.

Em relação à **PD3: “Quais as implicações da Lei de Identificação Judiciária para a GNR?”**, podemos concluir que a Lei de Identificação Judiciária abarca uma panóplia de implicações para a GNR. Destacamos como tais ao nível dos procedimentos dos militares no terreno, que se alteraram desde então e ao nível da formação – que agora tem de ser previamente certificada pelo Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária, de modo a obter profissionais creditados para que possam nos termos da Lei nº67/2017 exercer e aplicar a identificação judiciária em indivíduos.

Ainda, ao nível do expediente, concluímos a inovação do documento “Informação ao Visado”, que não é mais do que uma espécie de declaração de consentimento, em que o visado ou arguido é informado da diligência de que vai ser alvo – o que, se este não consentir, torna-se como um entrave e impedimento à realização da mesma – que é uma figura que tem tanto de inovadora, como de perigosa. Contudo, é criada no sentido de garantir os direitos do arguido e respeito pelos direitos, liberdades e garantias, e como tal, a GNR tem que se adaptar à mesma.

Respondidas as perguntas derivadas, estão reunidas as condições para se responder à PP: **“Quais as implicações resultantes da nova Lei de Identificação Judiciária no âmbito das investigações à responsabilidade da GNR?”**

Podemos concluir, e, interligando as respostas às três Perguntas Derivadas, que as implicações resultantes da nova Lei de Identificação Judiciária no âmbito das investigações à responsabilidade da GNR são no que diz respeito à necessidade de harmonizar o serviço operacional da GNR, no sentido de acordos internacionais como o do Tratado de Prüm, colaborando assim para a cooperação transfronteiriça em matérias como a troca de dados ligados às impressões digitais, cooperação no combate ao terrorismo e à criminalidade organizada, ao nível europeu. Do ponto de vista nacional, houve também implicações que esta Lei de Identificação Judiciária acarretou para as investigações à responsabilidade da GNR, na medida em que estão agora ressaltados direitos, liberdades e garantias e outros princípios fundamentais que não estavam no passado.

A outra implicação resultante da Lei de Identificação Judiciária concluímos ser a permanência da estrutura orgânica na vertente operativa e na vertente analítica conforme estava, o que se tornou uma implicação pois foi a manutenção orgânica da estrutura que permitiu que os resultados não fossem piores ao nível da atividade operacional. Ainda neste sentido, importa concluir que outra implicação foi a do número decrescente de amostras-referência registadas pela GNR, que do ano 2017, quando entrou em vigor, para 2018, registou uma variação de -65%, que tem pela própria expressão percentual do número um grande impacto na identificação de indivíduos no âmbito da Lei de Identificação Judiciária e consequentemente uma implicação para a GNR e segurança interna do país.

Concluímos que apesar das exigências nesta temática terem aumentado e de ainda não existir uma legislação clarificadora, coerente sistemática e conceptualmente, existe uma margem de manobra para se poder ter melhores resultados. Isto depende, claro, das relações dos Órgãos de Polícia Criminal com as Autoridades Judiciárias – na figura prevista do despacho judicial – e também na capacidade de poder no âmbito do nº1 do Art.º 4º conjugado com o nº1, Art.º 3º da Lei de Identificação Judiciária, poder fazê-lo sem recurso a um despacho judicial, por força da incoerência legislativa – entropias na letra da lei – pela introdução da expressão “ou” que deve ser interpretada como alternativa e nunca como cumulativa – permitindo assim a realização desta diligência sem o recurso

a despacho judicial nos termos previstos no Art.º 4º da LIJ, ainda que sob égide de uma eventual anomalia na letra desta Lei.

No entanto ressalva-se que isto depende do entendimento de quem interpreta a lei e das Autoridades Judiciárias locais e dos métodos de trabalho destas em coordenação com os Órgãos de Polícia Criminal.

Ao nível da confirmação dos Objetivos da Investigação, o objetivo geral (**OG**) do presente trabalho é analisar as implicações da nova Lei de Identificação Judiciária (Lei nº 67/2017) para o serviço operacional da GNR.

Deste modo, foram identificadas várias vertentes suscetíveis de acarretar implicações, sendo que a primeira foi a caracterização do quadro legal nacional e europeu que esteve relacionado com a criação deste diploma legal (**OE1**). Para atingir este objetivo, contribuíram os subcapítulos 1.1., 1.2., 1.3., 4.1.1., 4.2.2., bem como a (**PD1**). Caracterizou-se nesse sentido o quadro legal nacional e europeu.

Identificou-se também a evolução da estrutura e atividade operacional da GNR neste âmbito como suscetível de acarretar implicações. Para se verificarem tais efeitos, socorremo-nos nos subcapítulos 1.4., 2.1., 2.2., 4.1.2., 4.1.3., 4.2.3., 4.2.4., bem como à (**PD2**). O último objetivo específico a identificar, seria o (**OE3**), ao nível da análise das implicações desta nova Lei para a atividade operacional da GNR. Como tal, contribuíram para este objetivo os subcapítulos 2.2., 2.3., 2.4., 4.1.4., 4.1.5., 4.2., 4.2.4., 4.2.5., 4.2.6, e 4.3., bem como a resposta à (**PD3**).

Assim, cumpriu-se com os objetivos específicos inicialmente propostos e, como tal, como o objetivo geral da investigação.

Enquanto Limitações da Investigação, houve uma série de obstáculos e desafios que foram surgidos à medida que o trabalho foi sendo realizado. A primeira foi o enorme desafio que um tema “pioneiro” acarretou, na medida em que existe pouca ou nenhuma bibliografia de carácter académico escrito sobre a lei de identificação judiciária ou até a identificação judiciária em si – desafio esse a que nos submetemos.

Inicialmente foi realizado um inquérito por questionário mas as respostas não foram obtidas a tempo de levar a bom porto a análise e discussão das mesmas. Como tal, não foi considerado nem utilizado neste trabalho, o que se considera um limitação, porque poderia certamente acrescentar algum conteúdo valorativo.

Interceder junto de peritos nesta matéria foi um desafio e constante demanda, uma vez que foram várias as entidades que não foram entrevistadas por falta de oportunidade ou

por não se sentirem confortáveis com a matéria uma vez que esta é recente – à data de realização da investigação – e como tal não existe doutrina sólida acerca da mesma.

Apesar das conclusões desta investigação estarem realizadas, há sempre margem de melhoria e progressão. Neste sentido, sugerimos um estudo não só ao nível dos impactos da Lei de Identificação Judiciária para o serviço operacional da Guarda Nacional Republicana, mas sim a outros atores do Sistema de Segurança Interna ou até, em sentido lato, da Segurança Interna portuguesa.

Além disto, sugerimos também que se explore a temática da Identificação Judiciária além-fronteiras, uma vez que a génese deste diploma legal teve como base a cooperação internacional. Como tal, seria pertinente e de valor conhecer os procedimentos de outros países signatários de Prüm, apreender os pontos fortes e fracos, bem como conhecer as lições aprendidas em países estrangeiros nesta temática de modo a melhorar a aplicação e realização desta em território nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos científicos e relatórios científicos

- Academia das Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Academia Militar [AM] (2016). *NEP 522/1.ª: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.
- Ademar, C. (2015). *Gestão do local do crime*. In *Investigação Criminal*. Nº9. Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses. Lisboa: Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.
- Alves, A. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: GNR
- Andrade, J. (2012). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976* (5.ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Andrade, M. (2006). *Sobre as proibições de prova em processo penal*.
- Antunes, M. (1985). *Investigação Criminal – Uma Perspectiva Introdutória*. In *Polícia e Justiça*. Loures: Escola de Polícia Judiciária.
- Braz, J. (2013). *Investigação Criminal: a organização, o método e a prova – os desafios da nova criminalidade* (3ª ed.). Lisboa: Almedina.
- Buekenhout, I. (2015). *A investigação criminal – desafios presentes e futuros*. In *Investigação Criminal*. Nº9. Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses. Lisboa: Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.
- Cabral, J. (2012). Do direito à segurança à segurança do direito. In *Julgar: Revista Jurídica*. 1(1), 1-16.
- Canotilho, J., & Moreira, V. (2014). *Constituição da República Portuguesa – Anotada* (4ª ed., Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Castells, M. (2007). *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II O Poder da Identidade* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cole, S. (2001). *Suspect identities: a history of fingerprinting and criminal identification*. Harvard: Harvard University Press.

- Costa, A. (1985). O Registo Criminal: História. Direito Comparado. Análise político-criminal do instituto. *Dissertação para exame do curso de pós-graduação*. Coimbra: FDUC.
- Dias, J. (2008). *Sobre a revisão de 2007 do Código de Processo Penal português*. In *RPCC 18*, pp. 367-385.
- Fonseca, C. (2016). *Curso de GLC- Crimes Violentos contra Pessoas*. Lisboa: Polícia Judiciária.
- Fontes, J. (2011). *A Arte da Paz*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Fontes, J. (2015a). *A Superioridade Ética do Estado*. In: Correia, E., *Liberdade e Segurança*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Segurança Interna.
- Fontes, J. (2015b). *Legislação de Direito Constitucional*. (9ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Fortin, M. (2003). *Processo de Investigação: da concepção à realização*. (3ª ed.). Loures: Lusociência.
- Fortin, M.. F. (2009). *O Processo de Investigação da concepção à realização*. (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Freitas, D. (2015). *Identificação policial, suas implicações em termos de reflexividade e segurança*. In *Investigação Criminal*. Nº9. Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses. Lisboa: Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.
- Freitas, D. (2018). *Identificação humana: impacto e repercussões na investigação criminal – A sinalização de indivíduos: conflitualidades e ambiguidades entre liberdade e segurança. Tese com vista à obtenção do grau de Doutor, em Direito e Segurança*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Freixo, M (2012). *Metodologia Científica*. (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gaspar, G. (2015). *A investigação criminal na União Europeia – as estruturas europeias*. In *Investigação Criminal*. Nº 9. Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses. Lisboa: Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2002). *Manual de Investigação criminal*. Lisboa: GNR.

- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2019). *Estatística da Atividade Operacional da GNR*. Controlo da Atividade 2013-2018. Criminalística. Direção de Investigação Criminal. Alcabideche: GNR.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso* (1ª ed.). Estoril: Princípia.
- Lakatos, E., & Marconi, M. (1993). *Metodologia científica*. (s/l): Atlas.
- Lourenço, N., Lopes, A., Rodrigues, J., Costa, A., & Silvério, P. (2015). *Segurança horizonte 2025*. Lisboa: Edições Colibri
- Mendes, J. (2015). *Ulrich Beck: a imanência do social e a sociedade do risco*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Número 214, Volume L, Primeiro Trimestre, 2015.
- Mendes, P. (2017). *Lições de Direito Processual Penal*
- Monteiro, I. (2010). *Vestígios hemáticos no local de crime – sua importância médico-legal*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Medicina Legal. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.
- Neumann, C. et al (2016). *Determination of AFIS “sufficiency” in friction ridge examination. Forensic Science International*.
- Oliveira, F. (2010). *A Polícia Judiciária e a recolha de prova*. Dissertação de Mestrado em Direito Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Oliveira, J. (2016). *A Identificação Criminal do arguido* (1ª ed.). Lisboa: Chiado.
- Parente, A. (2014). *A extensibilidade da competência própria dos OPC no inquérito, instrução e julgamento. O caso do nº3 do artigo 249º do CPP*. Dissertação de Mestrado. Mestrado Integrado em Ciências Policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Pereira, C. (2013). *Análise Criminal e Sistemas de Informação*. Trabalho de Investigação Individual. Curso de Estado-Maior Conjunto. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- Sousa, J. (1991). *Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal*. Centro de Estudos Judiciários. Coimbra: Almedina.
- Valente, M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.

Legislação

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (2016). Processo nº880/14.2GACSC-A.L1-9, disponível em Diário da República, 1ª Série, nº134, de 3 março de 2016.
- Assembleia da República [AR] (1998). Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais). *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 247, 5536-5546.
- Assembleia da República [AR] (2007). Lei nº 63/2007, de 6 de novembro. Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. Lisboa: *Diário da República*, 1ª série, nº 213.
- Assembleia da República [AR] (2008a). Lei nº 49/2008, de 27 de agosto. Lei de Organização da Investigação Criminal. Lisboa: *Diário da República*, 1ª série, nº 165.
- Assembleia da República [AR]. (2008b). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto: Lei de Segurança Interna. Lisboa: *Diário da República*, 1ª Série, n.º 167
- Assembleia da República [AR] (2017). Lei nº67/2017, de 9 de agosto. Lei de Identificação Judiciária Lofoscópica e Fotográfica. Lisboa: *Diário da República*, 1ª Série, nº 153.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2008). Decreto Regulamentar nº 19/2008. Lisboa: *Diário da República*, 1ª Série, nº 231.

Outros documentos

- Assembleia da República [AR] (2017). Ofício nº 373/XIII/1ª – CACDLG/2017. *Parecer da Proposta de Lei nº 64/XIII/2ª (GOV)*. Lisboa.
- Comissão Nacional de Proteção de Dados. (2017a). *Parecer nº 2/2017*. Lisboa.
- Comissão Nacional de Proteção de Dados (2017b) *Parecer nº 6/2017*. Lisboa.
- Ordem dos Advogados. (2017). *Parecer da Ordem dos Advogados sobre a Proposta de Lei nº 64/XIII*. Lisboa.
- Procuradoria da República da Comarca de Lisboa Oeste. (2018). *Despacho Nº 10/2018*. Sintra.
- Relatório Anual de Segurança Interna. (2013). Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Lisboa.
- Relatório Anual de Segurança Interna. (2014). Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Lisboa.

Relatório Anual de Segurança Interna. (2015). Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Lisboa.

Relatório Anual de Segurança Interna. (2016). Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Lisboa.

Relatório Anual de Segurança Interna. (2017). Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Lisboa.

Relatório Anual de Segurança Interna. (2018). Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Lisboa.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Modelo de Análise

Objetivos	Perguntas	Enquadramento Teórico	Apresentação, análise e discussão de resultados
OG: “Analisar as implicações da nova Lei de Identificação Judiciária (Lei nº 67/2017) para o serviço operacional da GNR”.	PP: Quais as implicações resultantes da nova Lei de Identificação Judiciária no âmbito das investigações à responsabilidade da GNR?		
OE1: “caracterizar o quadro legal no âmbito desta lei a nível nacional e europeu”.	PD1: “Qual é o quadro legal no âmbito da Lei de Identificação Judiciária a nível nacional e europeu?”	1.1. Dos Direitos, Liberdades e Garantias; 1.2. Do Estado de direito democrático; 1.3. A Segurança enquanto Direito;	4.1.1. Apresentação, análise e discussão da questão nº1; 4.2.2. Tópico “Da origem da Lei de Identificação Judiciária”;
OE2: “descrever a evolução da estrutura e atividade operacional da GNR no âmbito da Lei de Identificação Judiciária”.	PD2: “De que forma tem evoluído a estrutura e atividade operacional da GNR no âmbito da Lei de Identificação Judiciária?”	1.4. Da Investigação Criminal; 2.1. Introdução; 2.2. A Identificação Judiciária.	4.1.2. Apresentação, análise e discussão da questão nº2 4.1.3. Apresentação, análise e discussão da questão nº3; 4.2.3. Tópico “Análise do diploma legal; 4.2.4. Tópico “A legística do diploma”.
OE3: “analisar as implicações desta nova lei para a atividade operacional da GNR”.	PD3: “Quais as implicações da Lei de Identificação Judiciária para a GNR?”	2.3. Da Lei de Identificação Judiciária; 2.4. Pareceres técnicos de organismos e entidades.	4.1.4. Apresentação, análise e discussão da questão nº4; 4.1.5. Apresentação, análise e discussão da questão nº5; 4.2.4. Tópico “A legística do diploma”; 4.2.5. Tópico “Implicações para os Órgãos de Polícia Criminal”; 4.2.6. Tópico “Análise SWOT à Lei”; 4.3. Matriz SWOT

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B - Caracterização dos entrevistados

Quadro 11 – Caracterização dos Entrevistados

Organização	Posto	Nome	Função	Código do Entrevistado	Grupo da Entrevista
GNR	Capitão	Ricardo Silva	Comandante de DTer	E1	A
GNR	Sargento-ajudante	João Gaspar	Chefe da Secção de Identificação Humana	E2	A
PJ	Especialista Adjunto	José Oliveira	Técnico Especialista	E3	A
PJ	Inspetor	David Freitas	Investigação Criminal	E4	A
PSP	Comissário	Lourenço Pimentel	Chefe da Divisão de Polícia Técnica e Ciência Forense	E5	A
MP	Procuradora-coordenadora	Luísa Sobral	Magistrada do Ministério Público Coordenadora	E6	B

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C - Carta de apresentação e Guião de entrevista



ACADEMIA MILITAR

**A NOVA LEI DE IDENTIFICAÇÃO JUDICIÁRIA:
IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO OPERACIONAL DA
GNR**

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria da GNR Miguel Maldonado Freitas

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-coronel de Cavalaria da GNR Diogo Dóres

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, março de 2019

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar é um estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, responsável pela formação dos Oficiais dos Quadros Permanentes do Exército Português e da Guarda Nacional Republicana, incutindo nestes as competências para o desempenho de funções de comando, direção e chefia, bem como o desenvolvimento individual de cada aluno.

No âmbito do 5º e último ano do Mestrado Integrado em Ciências Militares, especialidade de Segurança, com vista à obtenção do grau académico de mestre, os alunos da Academia Militar elaboram um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Assim, surge a necessidade de realizar inquéritos por entrevista de modo a recolher informações fulcrais para a investigação que realizo, subordinada ao tema: **“A nova Lei de Identificação Judiciária: implicações para o serviço operacional da GNR”**.

A presente investigação tem como principal objetivo analisar as implicações da nova Lei de Identificação Judiciária (Lei nº67/2017) para o serviço operacional da GNR. Foi realizada uma seleção dos entrevistados para os inquéritos por entrevista no seio dos vários atores da Forças e Serviços de Segurança, bem como da Sociedade Civil.



Deste modo, solicito a V. Ex.^a que me conceda uma entrevista, uma vez que a sua colaboração e contributo serão preponderante para que sejam atingidos os objetivos de investigação inicialmente propostos.

Grato pela sua colaboração e disponibilidade.

Atenciosamente,

Miguel Meneses Santos Maldonado Freitas

Aspirante de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

	GUIÃO DE ENTREVISTA “A nova Lei de Identificação Judiciária: implicações para o serviço operacional da GNR”	
1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)		
Nome: Organização/Órgão: Cargo/Posto:		Função: Local: Data/Hora (início/fim):
2. ENQUADRAMENTO		
<p>Nos dias de hoje, em que a criminalidade a nível mundial é cada vez mais sofisticada e modernizada, é pertinente o estudo e investigação sobre matérias a este tema afetas.</p> <p>Relativamente ao panorama português, cabe aos Órgãos de Polícia Criminal auxiliar as autoridades judiciais na investigação de crimes, bem como desenvolver ações de prevenção e investigação da sua competência ou delegadas por autoridades judiciais competentes para o efeito, conforme o disposto no nº4 do Art.º 3º da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC).</p> <p>Ao nível do ordenamento jurídico português, são recorrentes as alterações e introduções legislativas que causam impacto na atuação das várias Forças e Serviços de Segurança. São exemplos desta situação a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR), a Lei de Segurança Interna (LSI), a LOIC e no caso específico do presente estudo a Lei de Identificação Judiciária (LIJ).</p> <p>Este último diploma foi recentemente desenvolvido, aprovado e implementado, e torna-se também por estes motivos pertinente de escapelizar, estudando-o aprofundadamente a fim de apurar as principais alterações e constrangimentos que dele advêm. Importa salientar ainda que a Guarda Nacional Republicana é uma instituição bicentenária, e como tal, tem os seus procedimentos e <i>modus operandi</i> enraizados na cultura organizacional, pelo que se torna fulcral estudar de que maneira a Lei de Identificação Judiciária influencia os procedimentos dos militares da Guarda que diariamente a aplicam, bem como de outras entidades que direta ou indiretamente o façam.</p> <p>A Lei de Identificação Judiciária vem regular a identificação judiciária lofoscópica, bem como a prevenção e investigação criminal, conforme consta no nº1 do seu Art.º 1º. Este documento legal redefine os procedimentos dos sujeitos processuais</p>		

envolvidos numa determinada investigação (do foro criminal) no âmbito do processo penal, na fase de inquérito. Considera-se para o efeito, a fase de inquérito como a primeira das cinco fases do Direito Processual Penal português: isto suscita questões e dúvidas ambíguas e pertinentes não só aos militares da Guarda Nacional Republicana, como também aos Magistrados do Ministério Público, que delegam competências para efetuar diligências aos Órgãos de Polícia Criminal. A autonomia técnica das polícias baseia-se na utilização de uma série de conhecimentos e métodos adequados para agir, ao passo que a autonomia tática consiste na possibilidade de opção pela via e momento melhores destas cumprirem as suas atribuições legalmente incumbidas. Assim, esta nova realidade para os envolvidos no processo penal resultou numa alteração técnico-tática atribuída aos Órgãos de Polícia Criminal, no âmbito da Lofoscopia. Importa conhecer a extensão e contornos destas alterações.

3. ENTREVISTA

A entrevista a realizar é do tipo semiestruturada, o que implica que a cada questão colocada surgirão outros tópicos relacionados com a mesma, permitindo ao inquirido que responda de forma menos condicionada.

Deste modo, os tópicos e questões a abordar na presente entrevista serão:

1. Qual a relação da Lei de Identificação Judiciária com o restante quadro legal nacional e europeu?;
2. Como evoluiu a estrutura da GNR no âmbito da Identificação Judiciária?;
3. Como caracteriza a evolução da Atividade Operacional da GNR no âmbito da Identificação Judiciária?;
4. Que implicações resultam desta Lei ao nível da formação, expediente e procedimentos na GNR?;
5. De que maneira relaciona a aprovação e implementação da Lei e os impactos na atividade operacional da GNR?

APÊNDICE D - Relação de perguntas

Pergunta de Partida	Perguntas Derivadas	Perguntas da Entrevista
<p>“Quais as implicações resultantes da nova Lei de Identificação Judiciária no âmbito das investigações à responsabilidade da GNR?”</p>	<p>PD1 – “Qual é o quadro legal no âmbito da Lei de Identificação Judiciária a nível nacional e europeu?”</p>	<p>Pergunta 1:</p> <p>“Qual a relação da Lei de Identificação Judiciária com o restante quadro legal nacional e europeu”</p>
	<p>PD2 – “De que forma tem evoluído a estrutura e atividade operacional da GNR no âmbito da Lei de Identificação Judiciária?”.</p>	<p>Pergunta 2:</p> <p>“Como evoluiu a estrutura da GNR no âmbito da Identificação Judiciária?”</p> <p>Pergunta 3:</p> <p>“Como caracteriza a evolução da Atividade Operacional da GNR no âmbito da Identificação Judiciária?”</p>
	<p>PD3 – “Quais as implicações de Lei de Identificação Judiciária para a GNR?”.</p>	<p>Pergunta 4:</p> <p>“Que implicações resultam desta Lei ao nível da formação, expediente e procedimentos na GNR?”</p> <p>Pergunta 5:</p> <p>“De que maneira relaciona a aprovação e implementação da Lei e os impactos na atividade operacional da GNR?”</p>

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO A - A Lei de Identificação Judiciária: Lei Nº 67/2017, de 9 de agosto

Lei de Identificação Judiciária Lofoscópica e Fotográfica

Lei n.º 67/2017 de 9 de agosto

Regula a identificação judiciária lofoscópica e fotográfica, adaptando a ordem jurídica interna às Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º - Objeto

1 — A presente lei regula a identificação judiciária lofoscópica e fotográfica para efeitos de prevenção e investigação criminal, bem como o tratamento da informação respetiva, em especial quanto ao ficheiro central de dados lofoscópicos (FCDL).

2 — A presente lei adapta a ordem jurídica interna às Decisões 2008/615/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008, relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular na luta contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiras, e 2008/616/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008, que a executa, quanto ao intercâmbio de dados dactiloscópicos.

Artigo 2.º - Definições

Para efeitos da presente lei, entende -se por:

a) «Amostra -problema» qualquer vestígio lofoscópico obtido em objeto ou em local onde se proceda à recolha de meios de prova, bem como a impressão digital, preferencialmente correspondente ao dedo indicador direito, recolhida em cadáver ou de uma pessoa de identidade desconhecida;

- b) «Amostra -referência» as impressões lofoscópicas, ou seja, as impressões digitais ou palmares, recolhidas de uma pessoa de identidade conhecida, correspondentes ao desenho formado pelas linhas papilares dos dedos e das palmas das mãos;
- c) «Resenha lofoscópica» o conjunto de suportes, impressos ou formulários onde são recolhidas as impressões digitais dos arguidos e condenados;
- d) «Ponto característico» a morfologia das cristas papilares, resultante da descontinuidade das mesmas e da respetiva interação, de natureza imutável e diversiforme;
- e) «Fotografia técnico -policia de identificação» o registo da imagem de pessoa identificada, em suporte de papel ou digital, com o objetivo de reconhecimento no âmbito da obtenção de prova criminal;
- f) «Identificação judiciária» o processo de recolha, tratamento e comparação de elementos lofoscópicos e fotográficos, visando estabelecer a identidade de determinado indivíduo;
- g) «*Hit*» o resultado de comparação lofoscópica que estabeleça a identidade entre duas amostras;
- h) «*No hit*» o resultado de comparação lofoscópica que não estabeleça a identidade entre duas amostras;
- i) «Inspeção judiciária» as diligências técnico -científicas levadas a cabo pelos órgãos de polícia criminal competentes, no âmbito de processo -crime, visando a obtenção de meios de prova através do exame de pessoas, lugares e objetos;
- j) «Transplante» o ato de transferir vestígios lofoscópicos ou outros da superfície onde foram revelados para suporte transportável, sem alteração da sua condição e qualidade e salvaguardando a custódia da prova.

CAPÍTULO II

Identificação judiciária

Artigo 3.º - Âmbito

1 — São sujeitos a identificação judiciária os indivíduos:

- a) Constituídos arguidos em processo -crime:
 - i) Quando existam dúvidas quanto à sua identidade; ou
 - ii) Na sequência de aplicação de medida de coação privativa da liberdade; ou
 - iii) Mediante despacho judicial, ponderadas as necessidades de prova;

- b) Condenados em processo -crime;
- c) Inimputáveis a quem tenha sido aplicada medida de segurança;
- d) Suspeitos, nos termos do n.º 1 do artigo 250.º do Código de Processo Penal, que não sejam portadores de documento de identificação, não possam identificar -se por qualquer dos meios previstos nos números 3, 4 e 5 daquele artigo, ou recusem identificar -se perante autoridades ou órgãos de polícia criminal, nos termos aí prescritos.

2 — Procede -se ainda, quando exequível, à recolha de elementos lofoscópicos com vista à identificação judiciária em cadáveres cuja identidade não tenha sido possível estabelecer com segurança, incluindo as situações em que a morte tenha ocorrido em cenário de crime ou por causa de acidente de massas ou catástrofe natural, bem como em indivíduos de identidade desconhecida.

Artigo 4.º - Recolha de amostras –referência

1 — A recolha de amostras -referência é feita por pessoal certificado para o efeito por determinação da autoridade judiciária ou da autoridade de polícia criminal à qual a investigação se encontre delegada, após constituição de arguido, com exceção da circunstância referida na alínea d) do n.º 1 do artigo anterior, aplicando -se com as necessárias adaptações o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 257.º do Código de Processo Penal.

2 — A recolha é precedida de informação ao visado sobre os motivos da diligência, devendo este consentir na realização da mesma.

3 — Em caso de recusa, a autoridade judiciária competente pode ordenar a sujeição à diligência, nos termos do disposto no Código de Processo Penal quanto à sujeição a exame.

4 — A recolha das impressões digitais na respetiva resenha é obtida diretamente das pessoas sujeitas à diligência e incide:

- a) Sobre os 10 dedos das duas mãos, em duas séries, uma com os dedos na posição pousada e a outra na posição rolada;
- b) Sobre as duas palmas das mãos, na posição pousada e na posição de escritor.

5 — A recolha de amostras -referência prevista nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo anterior é feita nos termos da Lei n.º 37/2015, de 5 de maio, sendo as amostras objeto de transmissão, se possível por via eletrónica, pelos serviços de identificação criminal ao FCDL previsto na presente lei, a qual é disciplinada através de protocolo de cooperação a outorgar entre o Laboratório de Polícia Científica e a Direção -Geral da Administração da Justiça, sem prejuízo do controlo prévio pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.

6 — Não resultando da identificação operada nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo anterior a indicação da prática de qualquer ato criminoso por parte do identificado, a amostra recolhida é destruída logo que possível, não podendo exceder 30 dias contados a partir do conhecimento formal do resultado da comparação.

Artigo 5.º Recolha de amostras –problema

1 — Os vestígios lofoscópicos são recolhidos por pessoal certificado para o efeito por meio de transplante ou de fotografia direta, nas seguintes situações:

- a) Em locais suscetíveis de serem encontrados indícios da preparação e ou prática de ilícitos criminais, ou com eles conexos;
- b) Em objetos por qualquer forma conexos com a prática ou preparação de ilícitos criminais.

2 — Procede -se à recolha de amostras -problema, quando exequível, em cadáveres cuja identidade não tenha sido possível estabelecer com segurança, incluindo as situações em que a morte tenha ocorrido em cenário ou por causa de acidente de massas ou catástrofe natural, bem como em indivíduos de identidade desconhecida.

Artigo 6.º Fotografia técnico -policial de identificação

1 — Podem ser obtidas e utilizadas pelos órgãos de polícia criminal fotografias técnico -policiais como meio complementar de identificação.

2 — São fotografias técnico -policiais de identificação:

- a) O cliché, conjunto de fotografias tiradas no ato de identificação judiciária, composto pelo registo fotográfico da pessoa em corpo inteiro, de perfil, a três quartos e de frente;

b) Outros registos fotográficos relevantes para a identificação judiciária, nomeadamente sinais particulares, tatuagens e outros sinais suscetíveis de diferenciação.

CAPÍTULO III

Ficheiro central de dados lofoscópicos

Artigo 7.º FCDL

1 — O FCDL tem por finalidade registar, armazenar, manter atualizada e disponibilizar a informação que resultar da identificação judiciária e da recolha de vestígios lofoscópicos.

2 — A organização, estrutura e funcionamento do FCDL respeita os princípios da legalidade, transparência, autenticidade, veracidade, univocidade e segurança dos elementos identificativos e o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, aprovada pela Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, e alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto.

3 — A Polícia Judiciária, através do Laboratório de Polícia Científica, é responsável pelo FCDL, bem como pela definição e divulgação de boas práticas relativas à utilização e provisionamento deste ficheiro, em coordenação com os demais órgãos de polícia criminal que a ele acedem diretamente.

4 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 3.º da Lei de Proteção de Dados Pessoais, a Polícia Judiciária, através do Laboratório de Polícia Científica, é responsável por garantir e supervisionar a qualidade dos dados introduzidos, designadamente no que respeita à retificação de inexatidões, ao suprimento de omissões e à supressão de elementos indevidamente registados.

5 — Nos termos e para os efeitos mencionados no número anterior, a Polícia Judiciária, através do Laboratório de Polícia Científica, garante a legalidade da consulta dos referidos dados.

6 — O FCDL assenta na plataforma AFIS (*Automated Fingerprint Identification System*) — Sistema de Identificação de Impressões Digitais.

7 — O FCDL é acedido e provisionado pela Polícia Judiciária, pela Polícia Judiciária Militar, pela Guarda Nacional Republicana, pela Polícia de Segurança Pública, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, pela Polícia Marítima e pelos demais órgãos de polícia criminal.

8 — O FCDL é ainda provisionado com a informação proveniente dos serviços de identificação criminal, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º.

9 — No âmbito da cooperação judiciária e policial internacional em matéria penal, nos termos definidos em convenções, tratados ou outros instrumentos legais a que o Estado Português esteja vinculado, é permitida a consulta automatizada de dados lofoscópicos, devendo as respostas corresponder a *hit* ou *no hit*, nos termos do disposto nas alíneas g) e h) do artigo 2.º.

10 — No caso de a resposta à consulta corresponder a *hit*, observa -se o disposto no n.º 2 do artigo 20.º, no que respeita à transmissão internacional de dados pessoais.

Artigo 8.º Tratamento de dados

1 — O FCDL é constituído por:

a) Imagens de vestígios lofoscópicos, respetivos pontos característicos e um número de referência;

b) Imagens de impressões digitais, respetivos pontos característicos, número de resenha lofoscópica, local de recolha e um número de referência.

2 — As imagens referidas na alínea a) do número anterior respeitam a vestígios lofoscópicos de fonte desconhecida recolhidas no decurso de uma inspeção judiciária ou obtidas através de mecanismos de cooperação institucional, de âmbito nacional ou internacional.

3 — As imagens a que se refere a alínea b) do n.º 1 complementam o ficheiro biográfico descrito no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 352/99, de 3 de setembro.

4 — As impressões digitais de origem desconhecida, bem como as impressões digitais utilizadas para obtenção de falsa identidade e de cadáveres não identificados, são incluídas na categoria de amostras -problema.

Artigo 9.º Conservação das amostras no FCDL

1 — As amostras recolhidas no âmbito da presente lei e os respetivos dados associados são mantidos em ficheiro durante os seguintes prazos:

- a) Prazo de prescrição do procedimento criminal relativo ao crime mais grave subjacente à recolha da amostra, em caso de arquivamento do inquérito, decisão judicial de não pronúncia ou decisão final absolutória;
- b) Prazo de vigência do registo criminal a que está associado o ficheiro, em caso de decisão final condenatória;
- c) Pelo período de 15 anos, nos casos não referidos nas alíneas anteriores.

2 — O suporte físico documental de cada amostra é preservado pelo órgão de polícia criminal que procedeu à sua recolha e a inseriu no sistema, de acordo com os prazos referidos no número anterior.

Artigo 10.º Segurança do FCDL

1 — Ao FCDL devem ser conferidas as garantias de segurança necessárias para impedir a consulta, modificação, supressão, adicionamento, destruição ou comunicação de dados em violação do preceituado na presente lei.

2 — É garantido o controlo, tendo em vista a segurança da informação:

- a) Dos suportes de dados e respetivo transporte;
- b) Da inserção de dados;
- c) Dos métodos de tratamento de dados;
- d) Do acesso aos dados;
- e) Da transmissão dos dados.

3 — O controlo previsto no número anterior é efetuado através da implementação de um registo automático de acessos ao FCDL que permita verificar por quem, onde e quando o sistema foi operado, bem como o tipo de operação realizada.

4 — São realizados controlos aleatórios periódicos da legalidade das consultas e tentativas de consulta, cujos relatórios de análise devem ser conservados por um período de 18 meses, findo o qual devem ser apagados.

5 — Podem aceder aos registos e relatórios de análise a que se referem os números 3 e 4 a Comissão para a Coordenação da Gestão dos Dados Referentes ao Sistema Judicial e as autoridades judiciais para fins de investigação de eventuais violações, sem prejuízo das competências da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Artigo 11.º Validação técnica

1 — Os dados lofoscópicos são recolhidos, registados e tratados pelos funcionários e agentes dos órgãos de polícia criminal certificados para o efeito, nos termos do artigo 17.º

2 — Os dados lofoscópicos recolhidos por pessoa não certificada para o efeito, previamente mandatada por uma autoridade judicial, são objeto de validação por funcionário ou agente dos órgãos de polícia criminal certificado, antes de se proceder à sua inserção e registo no FCDL.

Artigo 12.º Características do FCDL

1 — O FCDL tem as seguintes características:

- a) Centralização do armazenamento de dados na plataforma AFIS;
- b) Indexação ao sistema de informação criminal da Polícia Judiciária, para efeitos de decodificação da identidade da pessoa a quem pertencem os elementos constantes das amostras -referência.

2 — Sempre que se obtenha uma confirmação positiva relativamente a uma amostra inserida no FCDL, é permitida, para efeitos de identificação, a interconexão do resultado obtido com o ficheiro biográfico da Polícia Judiciária.

3 — Considera -se confirmação e identificação positiva a que resulte da comparação entre duas amostras que estabeleça a existência de pelo menos 12 pontos característicos comuns, sem nenhuma divergência.

4 — A identificação de amostras lofoscópicas é sempre validada por, pelo menos, dois peritos certificados para o efeito.

5 — No âmbito do processo penal as autoridades judiciais acedem, mediante despacho, diretamente ao FCDL, incluindo o ficheiro biográfico descrito no artigo 6.º do Decreto - Lei n.º 352/99, de 3 de setembro, designadamente sempre que se obtenha uma confirmação positiva relativamente a uma amostra inserida, em conformidade com o n.º 3 do artigo 8.º

Artigo 13.º Utilização de recursos e equipamentos

A utilização dos recursos e equipamentos associados à plataforma AFIS deve ser partilhada entre os órgãos de polícia criminal de acordo com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia.

Artigo 14.º Proteção de dados pessoais

1 — Ao tratamento, segurança, conservação, acesso e proteção dos dados pessoais transmitidos no âmbito do intercâmbio de informações previstas na presente lei é aplicável a legislação nacional de proteção de dados pessoais.

2 — Os dados pessoais transmitidos ao abrigo da presente lei podem ser conservados pelo Estado membro ao qual foram transmitidos pelo prazo de duração do processo no âmbito do qual foram requeridos.

3 — Os dados pessoais recolhidos no âmbito do intercâmbio de informações previstas na presente lei apenas podem ser utilizados para os fins nela especificados, no âmbito de determinado processo de natureza penal.

4 — O tratamento de dados pessoais recolhidos pelas autoridades nacionais no âmbito do intercâmbio de informações previsto na presente lei para fins diferentes dos referidos nas Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008, só é permitido com prévia autorização do Estado membro que administra o ficheiro onde estes dados estão contidos.

5 — Os dados pessoais recolhidos no âmbito do intercâmbio de informações previsto na presente lei apenas podem ser utilizados pelas entidades competentes para fins de

prevenção e investigação criminal, no âmbito de um determinado processo de natureza penal.

6 — A transmissão dos dados a que se refere o número anterior a outras entidades exige a autorização prévia do Estado membro transmissor.

7 — Os dados pessoais que não devessem ter sido transmitidos ou recebidos são apagados.

8 — Os dados pessoais recolhidos são apagados:

a) Quando não sejam ou deixem de ser necessários para o fim para que foram transmitidos;

b) Findo o prazo para a conservação de dados previsto na legislação nacional do Estado membro transmissor, caso o órgão transmissor tenha assinalado esse prazo no momento da transmissão.

Artigo 15.º Direito à informação, acesso e retificação

1 — Por solicitação escrita dirigida à Polícia Judiciária, que pode ser transmitida por meios informáticos, a pessoa identificada nos termos da presente lei, ou o seu representante legal ou voluntário, pode conhecer o conteúdo do registo dos seus dados pessoais, nos termos da legislação nacional de proteção de dados.

2 — De igual modo, a pessoa identificada nos termos da presente lei, ou o seu representante legal ou voluntário, tem o direito de exigir a retificação, a supressão ou o bloqueio de informações inexatas e o suprimento das total ou parcialmente omissas, bem como a supressão das que tenham sido obtidas por meios ilícitos ou enganosos ou cujo registo ou conservação não sejam permitidos, após consulta dos demais órgãos de polícia criminal.

Artigo 16.º Sigilo profissional

Aquele que, no exercício das suas funções, tomar conhecimento de dados registados no FCDL fica obrigado a sigilo profissional, nos termos da legislação nacional da proteção de dados e das normas estatutárias aplicáveis.

Artigo 17.º Formação e certificação

1 — A certificação de competências dos funcionários e agentes dos órgãos de polícia criminal autorizados a recolher amostras, a registar e a tratar dados no FCDL é precedida de aprovação em curso de formação adequado, da responsabilidade do respetivo órgão de polícia criminal.

2 — As competências dos formadores dos cursos referidos no número anterior são certificadas pela Polícia Judiciária, através do Laboratório de Polícia Científica, ou por outra entidade estrangeira legalmente habilitada para o efeito.

3 — Os conteúdos das formações previstas no n.º 1 são certificados pela Polícia Judiciária, através do Laboratório de Polícia Científica, em coordenação com os órgãos de polícia criminal que acedem e provisionam o FCDL diretamente.

4 — A designação dos funcionários e agentes certificados para o exercício das funções de recolha, registo e tratamento de dados no sistema, no âmbito de cada órgão de polícia criminal envolvido, efetua-se nos termos dos respetivos normativos orgânicos e estatutários.

Artigo 18.º Utilizadores

1 — O acesso ao FCDL é efetuado em tempo real, através de consulta automatizada.

2 — As entidades a que se refere o n.º 7 do artigo 7.º comunicam ao Laboratório de Polícia Científica a identificação dos utilizadores com acesso à plataforma AFIS, mediante indicação do nome, do endereço de correio eletrónico institucional, da categoria e função, tendo em vista a atribuição de nomes de utilizador (*usernames*) e respetivas senhas (*passwords*) de acesso ao sistema, no âmbito de um processo penal ou de uma ação de prevenção criminal, em razão das funções desempenhadas e das competências atribuídas.

Artigo 19.º Fiscalização

1 — Cumpre à Comissão Nacional de Proteção de Dados verificar as condições de funcionamento do FCDL, bem como as condições de armazenamento e transmissão das amostras, para verificação do cumprimento das disposições relativas à proteção de dados

personais e exercício das demais competências previstas na legislação nacional de proteção de dados pessoais.

2 — O disposto no número anterior não prejudica as competências do Conselho Superior da Magistratura e da Procuradoria -Geral da República, conferidas pela Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, alterada pela Lei n.º 30/2017, de 30 de maio, na qualidade de entidades responsáveis pelo tratamento de dados relativos aos inquéritos em processo penal e dos processos nos tribunais judiciais.

Artigo 20.º Ponto de contacto

1 — A Polícia Judiciária, através do Laboratório de Polícia Científica, é o ponto nacional de contacto técnico- -científico para efeitos de transmissão de dados lofoscópicos, no âmbito da cooperação judiciária e policial internacional em matéria penal, nomeadamente para efeitos do disposto na Decisão 2008/615/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008, relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiras, e na Decisão 2008/616/ JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008, que a executa.

2 — A transmissão internacional de dados pessoais está sujeita a autorização da autoridade judiciária competente através dos mecanismos de auxílio judiciário em matéria penal, designadamente os previstos na Diretiva 2014/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à decisão europeia de investigação em matéria penal.

3 — O ponto nacional de contacto referido no n.º 1 é competente para a receção dos pedidos de auxílio judiciário em matéria penal relativos à transmissão de dados pessoais a que se refere o número anterior e para os apresentar à autoridade judiciária competente para efeitos de autorização da sua transmissão.

4 — Para coordenação da investigação e prevenção criminal nacional, a Procuradoria -Geral da República acede aos relatórios emitidos pela Polícia Judiciária, para efeitos de monitorização das consultas efetuadas pelas autoridades nacionais e autoridades de outros Estados membros, previstas nos números 7 e 9 do artigo 7.º

5 — A Polícia Judiciária fornece os relatórios referidos no número anterior com a regularidade definida no âmbito das normas para a qualidade do Laboratório de Polícia Científica e sempre que solicitado pela Procuradoria -Geral da República.

CAPÍTULO IV

Disposição final

Artigo 21.º Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 23 de junho de 2017.

O Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues.

Promulgada em 25 de julho de 2017.

Publique -se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Referendada em 31 de julho de 2017.

Pelo Primeiro -Ministro, Augusto Ernesto Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros.